

semanário independente

TEMA

Guerra da Netstar

Samora Machel Jr. processado na África do Sul

— “Não posso entrar em detalhes, mas confirmo”, John Edmenston, director da Netstar sul-africana

— “Confirmo que vamos a um processo de arbitragem em Novembro e pretendemos exigir uma indemnização pelos danos causados”, Samora Machel Jr.

Por Francisco Carmona

A Netstar sul-africana, membro do Grupo Altech, acaba de submeter um processo legal na África do Sul contra a Netstar Moçambique, Limitada, detida em 45 por cento por Samora Machel Jr., filho do primeiro Presidente de Moçambique, Samora Machel.

O director da Netstar sul-africana, John Edmenston, confirmou ao SAVANA que existe uma disputa legal entre as partes, por alegada violação do acordo contratual, e que o assunto está a ser tratado através de arbitragem. Isto significa que as partes constituem um tribunal arbitral para dirimir a disputa, como forma de evitar as demoras características dos tribunais judiciais.

“Não posso entrar em detalhes, por tratar-se de um processo legal”, disse.

Em declarações ao SAVANA, Samora Machel Jr. confirmou, esta quinta-feira, que, de facto, as partes vão a um processo de arbitragem que irá acontecer em Novembro na África do Sul.

Sem precisar o valor, Machel Jr. disse que, na referida instância, a sua empresa vai exigir uma indemnização pelos danos causados pelo rompimento do contrato.

“Os nossos clientes ficaram ao Deus dará com esta situação e nós é que estamos a assumir isso”, disse.

Declinando entrar em muitos detalhes, disse que uma das razões que levou os sul-africanos a cancelar o contrato é o facto deles pretenderem ficar com a Netstar Moçambique a custo zero.

Em 1999, a Netstar sul-africana celebrou com a Netstar Moçambique, Limitada, empresa de direito moçambicano, um contrato de *franchising* — direito de uso da mesma marca — com vista a oferecer serviços de rastreio e recuperação de veículos roubados em Moçambique, e que estivessem sob protecção da Netstar.

Para além de Machel Jr., com 45 por cento das acções, a Netstar Moçambique conta com participações de Zak Calisto (45%) e Kalimba Enterprises, Lda. (10%)

No entanto, entre 2002 e 2003, as duas empresas entraram em rota de colisão, que culminou com a rescisão unilateral do contrato em Outubro de 2004.

O alegado uso de serviços não previstos no contrato, sem autorização da Netstar “mãe”, terá sido a gota de água que fez transbordar o copo.

Trata-se do produto Cartrack, que, segundo reza o contrato, não podia ser usado sem autorização dos sul-africanos.

Actualmente, a empresa moçambicana opera com o nome One Segurança e explora o produto Cartrack, desenvolvido por técnicos da firma, em Moçambique.

Na altura em que operava com o produto Netstar, a firma contava com cerca de cinco mil clientes, estando actualmente a converter esta carteira para a Cartrack a custo zero. Este exercício já culminou com a conversão de 1 850 clientes.

O produto Cartrack consiste na utilização de tecnologia de ponta que funciona com a rede GSM e GPS, bem como frequências de rádio e permite uma maior rede de cobertura no País e em toda região.

Por outro lado, o produto Netstar funciona mais com frequências de rádio, além de ter uma cobertura muito reduzida.

Desde 12 de Dezembro de 2005, altura que a *One Segurança* entrou no mercado, já efectuou perto de uma dezena de operações, tendo recuperado todas as viaturas envolvidas.

Como começam os problemas?

Samora Machel Jr. declinou avançar outros detalhes que levaram ao cancelamento do contrato entre a Netstar sul-africana e a Netstar Moçambique.

Contudo, ao que apurámos junto de fontes próximas do processo, o sucesso que a Netstar Moçambique estava a conseguir no mercado moçambicano terá feito com que os sul-africanos iniciassem uma série de demarches junto dos proprietários da firma nacional para comprarem a empresa.

“A Netstar sul-africana queria ficar com o negócio em Moçambique a custo zero. Primeiro eles quiseram comprar a Netstar Moçambique em 100%. Nós mostrámo-nos abertos e fomos negociar com eles. Perdemos horas e horas a viajar para Joanesburgo, e havia um único impasse: o valor de pagamento”, precisou uma fonte da *Netstar Moçambique*, sem entretanto adiantar mais pormenores, considerando que o assunto é *sub-judice*.

Esta parece ter sido a causa que levou aos desentendimentos entre as duas empresas, com os sul-africanos a recorrerem a todo o tipo de artimanhas para encontrar um argumento para romper o contrato.

O SAVANA apurou, de outras fontes, que outro factor que poderá ter estado na origem da discórdia é uma iniciativa comercial conjunta que as duas firmas estariam a planear implementar no Brasil, na proporção de 50 por cento das acções para cada lado.

Contudo, o negócio não chegou a ser materializado, depois de se ter concluído que as cidades brasileiras eram maiores do que se pensava, e com uma toponímia muito mais complexa, o que exigiria o desenvolvimento de um outro tipo de produto.

Depois do fracasso do negócio os sul-africanos teriam apresentado à contraparte moçambicana uma factura que esta considerou de um valor “absurdo”, e que se destinava a pagar as despesas relacionadas com as pesquisas feitas no Brasil e para o desenvolvimento do novo produto para aquele país da América do Sul.

“Nós recusámos e dissemos que vamos desenvolver o nosso produto e quando estiver pronto vamos apresentar”, disse.

Sublinhou que, volvidos cinco ou seis meses, a Netstar Moçambique apresentou o produto aos sul-africanos, com vista a avançar com a *joint venture* no Brasil.

“Testaram o produto e aprovaram, mas disseram que queriam comprar a propriedade intelectual. Primeiro estávamos relutantes, mas depois aceitámos, porque o nosso interesse era colocar o produto a funcionar. Mais uma vez, o problema era o valor a pagar”, sublinhou.

Os custos de produção, em 2002, rondavam nos 1,5 milhão de randes.

“Eles declinaram pagar o valor, alegando que era alto. Mas eles estavam a tentar desenvolver o mesmo produto e já tinham passado a fasquia de 1,5 milhão de randes e ainda não tinham conseguido, enquanto que o nosso já estava pronto para funcionar. Eles não queriam pagar aquele valor, porque contavam ter o produto deles pronto a qualquer momento e, para isso, foram fazendo jogadas de atrasos”.

Face a este problema, o nosso informador disse que os gestores da Netstar Moçambique informaram — embora não por escrito — aos sul-africanos que iriam usar o produto Cartrack no território moçambicano.

“Na altura, eles concordaram, mas quando se aperceberam se que o produto estava a ter muito sucesso, mandaram uma carta a acusar-nos de não cumprimento de contrato, ou seja, estamos a instalar um produto não previsto no contrato”, precisou, para depois acrescentar que “foi assim que eles cancelaram-nos o acordo”.

“Espantou-nos porque nós tínhamos informado. É verdade que não foi por escrito, foi durante um dos encontros. Na altura decidimos parar com a comercialização, porque não era nossa intenção ferir o contrato, explicou a fonte do SAVANA”.

À Netstar Moçambique foram dadas 48 horas para interromper o serviço.

“Nós tínhamos cinco mil clientes e não era possível informá-los a todos em 48 horas. Daí que tivemos que ir informar via imprensa e também dissemos que, em tempo oportuno, haveríamos de informar quem seriam os novos operadores da Netstar; tendo clientes é óbvio que a Netstar sul-africana estaria interessada na entrada de um outro operador ou eles próprios haveriam de tomar o mercado. Mas eles ignoraram isso”.

Em resposta a esse cancelamento, a mesma fonte disse que a Netstar Moçambique ofereceu-se para prestar o serviço por mais um mês, para dar tempo à Netstar sul-africana ou a um outro operador para tratar da documentação junto das autoridades moçambicanas.

“Não é de um dia para o outro que se entra num mercado. Eles declinaram a oferta e disseram que já tinham feito todas as diligências necessárias para começarem a operar. Bom, nós desmontámos o equipamento e, no dia que era suposto fazermos a entrega, eles não apareceram”, frisou.

Desde a altura do rompimento, em Outubro de 2005, até a entrada em operação da One Segurança, assistiu-se ao roubo de pelo menos sete carros.

Ainda o dossier madgermanes

Derrubada liderança de Mahuaie

Por Armando Nenane

Elementos do Fórum dos Regressados da Antiga República Democrática Alemã (ex-RDA) voltaram mais uma vez a movimentar-se, esta quarta-feira, nas ruas da cidade de Maputo, em circunstâncias de alta tensão que reina no seio do grupo, obrigando as autoridades policiais a fazer-se ao terreno a fim de garantir a ordem e a segurança pública.

Em causa esteve o afastamento do coordenador do fórum, Alberto Mahuaie, bem como de todo o elenco directivo. Contudo, Mahuaie considera-se ainda líder.

Esta quarta-feira, uma parte significativa do fórum regressados, vulgo *madgermanes*, anunciou ter posto

fim ao elenco directivo que vinha dirigindo as manifestações numa sessão ordinária recentemente realizada.

Foi assim que o cargo de coordenador geral dos *madgermanes* deixou de ser ocupado por Alberto Mahuaie, tendo sido eleito José Cossa para a sua sucessão.

Os últimos dias da liderança de Mahuaie foram marcados por fortes contestações, alegando-se, frequentemente, que este andou “fazendo o jogo do Governo”.

Por outro lado, o novo líder dos *madgermanes*, José Cossa, justifica que Mahuaie foi deposto por outros motivos, pois, alega-se, por exemplo, que este anunciou a venda das acções da Sociedade de Crédito de Moçambique (SOCREMO) sem o consentimento do grupo.

Chamado a pronunciar-se sobre este e outros assuntos, como a declaração feita no Parlamento pela titular da pasta do Trabalho, Helena Taipo, segundo a qual o *dossier madgermanes* está encerrado, Mahuaie não mais se apresentou ao Jardim 28 de Março, onde o grupo se reúne habitualmente.

Reacção de Mahuaie

Em contacto com o **SAVANA**, Alberto Mahuaie, cuja liderança está a ser posta em causa, disse que existe um pequeno grupo que pretende beneficiar-se das acções da SOCREMO, usando por isso a força para tomar o poder no seio do grupo. “Essa destituição é informal, mas o fórum que está formalizado continuará a funcionar formalmente”, disse Mahuaie, acrescentando que a “destituição não tem vínculo jurídico”.

PRM aborta terceira fuga de Anibalzinho

— *Fala-se também de uma tentativa de suicídio*

Por Salane Muchanga

Fotos de Naíta Ussene

A Polícia da República de Moçambique (PRM) acredita ter abortado uma tentativa de fuga de Aníbal dos Santos Júnior, também conhecido por Anibalzinho, condenado em Janeiro deste ano a perto de 30 anos de cadeia por ter liderado o esquadrão que em 2000 assassinou o jornalista Carlos Cardoso.

Arnaldo Chefo, porta-voz da corporação, indicou que a Polícia interceptou, na última sexta-feira, uma chave de fendas escondida num pequeno rádio, dois tubos de cola-tudo disfarçados numa embalagem de OMO e duas latas de pomada preta para sapatos.

Chefo acredita que, com a chave de fenda, Anibalzinho iria serrar as grades da cela e despistar os guardas, enquanto não pudesse fugir, pintando os ferros cortados com cola e graxa.

Os alegados instrumentos com que Anibalzinho pretendia empreender a terceira fuga da prisão — primeira nas celas do comando da PRM — foram apanhados pela Polícia juntamente com o almoço que uma sobrinha do cadastrado ia deixar nos calabouços.

O mecânico do Alto Maé, outro nome pelo qual é conhecido, evadiu-se por duas vezes da cadeia de máxima segurança de Maputo, vulgo BO, a primeira em 2002, tendo sido mais tarde recapturado na África do Sul, e a segunda em 2003, que culminou com a sua detenção e extradição do Canadá.

Mulher de Aníbal envolvida no esquema

Suspeita-se que a esposa de Anibalzinho esteja envolvida no frustrado plano de fuga do esposo das celas do Comando da Polícia na Cidade de Maputo.

É que a pessoa que regularmente ia deixar a refeição de Aníbal é sobrinha da esposa do cadastrado.

Em conexão com esta tentativa de fuga, a Polícia deteve a sobrinha da mulher de Anibalzinho de identidade não apurada, mas sabe-se que ela tem 20 anos de idade, reside actualmente no Bairro de Alto-Maé e estuda na Escola Secundária Francisco Manyanga.

Aquela cidadã, que habitualmente levava a refeição ao recluso, encontrava-se sob custódia policial de modo a esclarecer a verdadeira intenção que lhe teria levado a tentar introduzir aqueles objectos na cela.

“Não tenho culpa, a minha tia é quem prepara a refeição, coloca na cesta e manda-me deixar na cadeia”, argumentou a sobrinha.

Depois das investigações e se ter chegado à conclusão de que aqueles instrumentos poderiam servir de base para a terceira fuga de Anibalzinho da cela, a Polícia decidiu interditar a entrada de qualquer que seja o objecto ou mesmo refeição proveniente de fora do comando para a cela do Anibalzinho.

Chefo disse que, depois daquele incidente, Anibalzinho passa a beneficiar só da refeição servida a todos os reclusos e detidos que se encontram nas celas daquele comando.

A interdição da entrada de objectos ou refeição para a cela daquele recluso contradiz o pedido formal feito pela família de Anibalzinho, bem como o seu advogado de a família passar a levar àquele comando alimentos bem como artigos de limpeza.

Tentativa de suicídio

Depois de falhar esta tentativa de fuga, há indicações que dão conta de que Anibal teria tentado um suicídio no domingo, sob protesto de já passar um mês que ele não apanha banho de sol.

A interdição da entrada de comida proveniente de fora da cadeia terá sido uma outra causa que concorreu para que aquele recluso tentasse pôr fim à sua vida.

A Polícia declinou comentar esta informação sobre uma suposta tentativa de suicídio do réu.

Organização Mundial do Comércio

Moçambique fortalece posição nas negociações internacionais

O Ministério da Indústria e Comércio (MIC) reuniu-se na quinta-feira com os seus parceiros para traçar a estratégia de Moçambique para tentar influenciar o curso das negociações sobre o comércio internacional.

Trata-se, em concreto, de desenhar as prioridades e os meios para atingir essas prioridades na chamada Ronda de Desenvolvimento de Doha, que deve ser concluída até Dezembro de 2006.

Doadores, sector privado, e várias instituições estatais que actuam em áreas de maior interesse para Moçambique (como o algodão e a agricultura) debateram em conjunto o estágio actual das negociações internacionais no referente à Agenda de Doha, e o caminho a seguir para que Moçambique conquiste um lugar cada vez mais relevante na arena internacional.

Recorde-se que a Agenda de Doha devia ter sido concluída na VI conferência ministerial da Organização Mundial de Comércio (OMC), realizada entre os dias 13 e 18 de Dezembro do ano passado, em Hong Kong, China, mas não foi possível encontrar consenso entre os 150 membros da organização.

Neste encontro foram tomadas algumas decisões que vão beneficiar Moçambique, nomeadamente a eliminação dos subsídios à exportação de produtos agrícolas até ao ano 2013 – de grande importância para o país uma vez que estes subsídios distorcem o comércio internacional, ao permitir que os países ricos (os que concedem o referido subsídio aos seus produtores) concorram em condições injustas em relação aos países menos avançados e sem condições para darem este apoio aos seus produtores.

A nível sectorial, foi alcançado em Hong Kong um acordo também importante para Moçambique, pois prevê a eliminação de 80 por cento dos apoios domésticos a esta produção durante o presente ano, e dos restantes até 2008. Embora sejam boas notícias para Moçambique, que tem condições propícias a esta cultura, o País só aproveitará, de facto, os seus benefícios se conseguir aumentar, melhorar e diversificar a produção nacional por forma a conseguir concorrer com produtores mais desenvolvidos, como é o caso do Brasil.

São igualmente de grande importância para o país as chamadas “questões de desenvolvimento”, incluídas na Agenda de Doha. Estas questões são essenciais para o desenvolvimento de infra-estruturas e demais condições necessárias para desenvolver a produção e produtividade nacional nas várias áreas.

Depois de concluída, a Agenda de Doha irá servir de base de trabalho à OMC, organização que Moçambique integra.

(MQ)

O aviso da Lucinda Cruz

Para afastar o risco de fuga, a advogada da família de Carlos Cardoso, Lucinda Cruz, pediu, durante o julgamento, que Anibalzinho fosse expulso e cumprisse a pena em Portugal, uma vez que usou sempre um passaporte português.

O pedido não foi atendido pelo Tribunal, que decretou apenas a expulsão de Anibalzinho para Portugal após o cumprimento da pena.

Numa entrevista em exclusivo que concedeu ao SAVANA, há alguns meses, Lucinda disse que recebeu um telefonema de alguém que se identificou como Anibalzinho, tendo prometido que iria sair da cadeia e o primeiro acto que iria cometer era assassiná-la.

Nas alegações finais do julgamento, Cruz disse que Anibalzinho goza de uma grande protecção, justificada pela facilidade com que se evadiu, por duas vezes, da chamada cadeia de máxima segurança, vulgo BO, e admitiu a possibilidade de o condenado voltar a evadir-se novamente.

Aliás, foi pensando nisso que a defesa particular no processo ora encerrado pediu ao tribunal que Anibalzinho fosse extraditado para Portugal, sua terra.

Contudo, o juiz Dimas Marôa argumentou que há condições para Anibalzinho cumprir a pena no País.

Altas temperaturas na Meteorologia

- *Trabalhadores exigem remuneração pelo trabalho nocturno*
- *“Quando se aproxima o Dia da Meteorologia há sempre barulho”, vice-ministro dos Transportes*
- *“Nunca persegui a alguém”, director do INAM*

Por Paulo Mubalo

É descrito como escaldante o ambiente prevalecente no Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), com alguns trabalhadores a acusarem o director daquela instituição, Filipe Lúcio, de sistemáticos atropelos aos seus direitos e falta de transparência na gestão do património do INAM. No entanto, Lúcio refuta todas as acusações, classificando-as de “inverdades”.

Entre os alegados atropelos, fala-se da não remuneração do trabalho nocturno realizado por alguns trabalhadores ligados à área técnica, a qual presta serviços em regime contínuo e em turnos.

Lúcio é também acusado de ter tomado medidas retaliatórias não especificadas contra alguns dos trabalhadores descontentes e que apresentaram as suas reivindicações numa das reuniões regulares com o vice-ministro dos Transportes e Comunicações.

Igualmente, acusam o director de ter colocado para a gestão do Departamento de *Marketing* uma pessoa que dizem ser de fora do quadro.

“Desde algum tempo para cá nota-se no INAM uma onda de perseguições aos inconformados com a situação, falta de transparência na utilização dos bens e marginalização dos quadros sobretudo superiores”, dizem os descontentes numa carta a que o SAVANA teve acesso.

As reivindicações sobre o pagamento do trabalho nocturno terão supostamente sido apresentadas em pelo menos duas reuniões realizadas com o antigo ministro dos Transportes e Comunicações, Tomaz Salomão, o qual terá prometido que, estando em cessação de funções, remeteria o assunto ao seu sucessor, António Munguambe.

Perante a insistência dos trabalhadores descontentes, novas iniciativas terão sido tomadas, tendo havido duas reuniões entre eles, a direcção do INAM e o actual vice-ministro dos Transportes e Comunicações, Ernesto Augusto, mas sem nenhuma solução definitiva.

Aparentemente, considerando que os trabalhadores estavam a dificultar o trabalho da direcção, com reivindicações descabidas, Augusto terá mesmo decidido dismantlar a comissão de trabalhadores que estava encarregue da ligação com as estruturas competentes. O gesto foi interpretado pelos trabalhadores como um voto de confiança no director do INAM.

No rol das suas inquietações, os trabalhadores questionam a confiança depositada pelo director do INAM a um antigo trabalhador do Instituto Nacional de Hidrografia e Navegação (INAHINA), para dirigir o Departamento de *Marketing*. O referido indivíduo teria, supostamente, sido parte de um abaixo assinado que denunciou irregularidades no INAHINA, e culminou com a destituição da direcção daquela instituição que, tal como o INAM, também está subordinado ao Ministério dos Transportes e Comunicações.

“É frequente alguns técnicos subalternos saberem mais do que os meteorologistas sobre o que a instituição está a fazer ou que vai fazer, ou porque são amigos do director ou ainda porque fazem parte dos tantos familiares do director que já abundam em sectores- chave”, dizem os descontentes.

**“Apresentem provas”,
desafia Filipe Lúcio**

Por seu lado, Filipe Lúcio, director do INAM, desmente todas as acusações que lhe são feitas, questionando, ao mesmo tempo, as verdadeiras motivações que levam os queixosos a se dirigirem ao SAVANA para apresentar aquilo que classificou de “inverdades”.

Reiterou, mostrando documentos comprovativos que consubstanciam as suas palavras, que as pessoas que se dirigiram ao jornal devem ter outras razões que só elas conhecem. Lúcio fez o arrolamento das inquietações dos trabalhadores, tendo esclarecido que não tem nem amigos nem inimigos, muito menos familiares a trabalharem na instituição.

“Gostaria que o senhor apresentasse um único sobrinho meu, outro parente ou amigo. Nunca isolei, persegui ou marginalizei nenhum quadro seja ele de que nível for. Quanto ao ex-trabalhador do INAHINA, ele e mais um outro elemento entraram para a instituição depois de se terem candidatado ao anúncio que mandámos inserir no jornal *Notícias*, e que acabo de lhe facultar. Infelizmente não foi possível admitirmos todas as pessoas que concorreram”, disse Lúcio.

Observou que, na instituição, não existe nenhum Departamento de *Marketing*. “É tudo mais uma invenção”.

Disse, mais uma vez apresentando documentos comprovativos, que “é pura mentira afirmar que só realizei em oito anos quatro encontros técnicos. São acusações muito estranhas e sem nenhum fundamento”.

**“São falsas acusações”,
Vice-ministro dos Transportes e Comunicações**

Contactado pelo SAVANA, o vice-ministro dos Transportes e Comunicações, Ernesto Augusto, negou categoricamente que, em determinado momento, tivesse aconselhado os trabalhadores que reivindicam o pagamento de horas nocturnas a irem ter com o colono por se basearem numa legislação colonial.

“Na minha educação e formação nunca seria capaz de dizer isso. É muito triste ouvir uma mentira destas. Nunca orientei nenhum encontro sem estar acompanhado, na segunda reunião a que se referem fui com o substituto do director dos Recursos Humanos do ministério. É muito estranho”.

Visivelmente agastado com as acusações, Ernesto Augusto disse que a comissão dos trabalhadores cessou as funções porque tinha terminado o seu trabalho.

“Foi como resultado do trabalho desta comissão que analisámos os aspectos relativos à progressão dos trabalhadores. São 81 funcionários que beneficiaram da progressão. Mais: a comissão já se reuniu com o MISAU no sentido de verificar naquela instituição os sectores onde há risco e os seus procedimentos.”

Negou que haja problemas de ordem financeira na instituição. “Em Fevereiro de 2005, veio uma inspecção das finanças que fez o seu trabalho. Em Dezembro de 2005, a mesma inspecção regressou ao instituto para verificar se as recomendações deixadas estavam a ser cumpridas. Agora pergunto: onde estão os tais desmandos? Este grupo sempre que se aproxima o Dia da Meteorologia aparece a dizer que o INAM não está a funcionar”.

O serviço de meteorologia em Moçambique foi criado pelo decreto 4/71 de 9 de Janeiro sendo que o decreto 30/89 criou o Instituto Nacional de Meteorologia.

Lista negra da UE enumera 96 companhias aéreas -Vizinha Suazilândia incluída

A Comissão Europeia aprovou, esta quarta-feira, a primeira lista comunitária de companhias aéreas proibidas de voar nos céus dos países da União Europeia (UE). Esta lista negra de companhias aéreas pouco seguras, provenientes de países como a República Democrática do Congo, Líbia, Tailândia, Afeganistão e Suazilândia, foi elaborada com base nos contributos dos Estados-membros e depois de uma profunda análise junto dos especialistas comunitários nesta área.

A lista enumera 93 companhias cuja exploração é totalmente proibida e três companhias alvo de restrições de exploração. A partir de agora, vai ser aplicado o princípio de que as companhias proibidas num Estado-membro estarão proibidas em toda a UE. A medida foi tomada depois de acidentes ocorridos nos últimos dois anos, que custaram a vida a centenas de passageiros europeus.

“A União Europeia dispõe agora de uma abordagem coerente para proibir as companhias aéreas pouco seguras. A lista negra manterá afastadas da Europa as companhias aéreas duvidosas e garantirá que todas as companhias que exerçam a sua actividade no céu europeu cumpram as normas de segurança mais estritas”, disse Jacques Barrot, vice-presidente da Comissão Responsável pelos Transportes.

A adopção da lista pela Comissão resulta da opinião unânime de 15 de Março último por parte da Comissão de Segurança Aérea, composta por peritos de todos os Estados-membros.

Esta primeira lista negra comunitária das companhias aéreas pouco seguras baseia-se num regulamento que entrou em vigor em 16 de Janeiro. Desde então, os Estados-membros comunicaram à CE todas as proibições ou restrições de exploração vigentes nos seus territórios e os motivos das referidas proibições.

A proibição abrange operadoras de transporte de passageiros e de carga, como a Phuket Airlines, da Tailândia, Air Bangladesh, do Bangladesh, Ariana Afghan Airlines, do Afeganistão, e Burak Air, da Líbia.

(Redacção)

O que diz a lei sobre o pagamento por trabalho nocturno?

O Conselho Nacional da Função Pública, apoiando-se nos artigos 6, 7 e 9 do Diploma Ministerial nº. 58/89, de 15 de Julho, esclarece que as figuras jurídicas previstas nos artigos 123 e 124 do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado estão regulamentadas no Diploma Ministerial 58/89, de 19 de Julho, onde as duas figuras, nomeadamente, trabalho nocturno e trabalho em regime de turnos estão caracterizadas de forma distinta.

Assim, no que diz respeito ao trabalho em regime de turnos, os funcionários actuarão sempre em regime de rotação de forma sucessiva. Neste regime diz-se que se os funcionários realizarem o mínimo de 30% de trabalho efectivamente nocturno haverá lugar para o pagamento de 15% da importância correspondente ao vencimento do funcionário.

“Tendo em conta que as duas situações estão concretamente caracterizadas na lei e não havendo a sobreposição, não há lugar ao pagamento cumulativo em razão de determinado turno ser realizado no período das 20 às 6 horas do dia seguinte”, lê-se na nota, assinada pelo então presidente do Conselho Nacional da Função Pública, Alfredo Gamito.

Por sua vez, os trabalhadores sustentaram com base na nota DM nº. 60/88, de 4 de Maio, no seu artigo nº. 1, que “os funcionários que sejam destacados para trabalharem em regime de turnos serão regidos por normas estipuladas em regulamento interno e terão direito às tarifas legalmente aprovadas para horas nocturnas, trabalho excepcional e trabalho extraordinário. Decorre do preceito que os quantitativos em causa são cumulativos.

FRELIMO trava revisão da lei eleitoral

—“*Não é verdade*”, *Alfredo Gamito, da bancada maioritária*

Por Robben Jossai

A bancada parlamentar da RENAMO-União Eleitoral (RUE) responsabilizou, esta terça-feira, a FRELIMO de estar a travar o processo de revisão da lei eleitoral, cujo projecto vem sendo discutido desde o ano passado.

Segundo o deputado João Alexandre, relator da Comissão *ah-doc* da Revisão da Legislação Eleitoral, a bancada maioritária está a impedir o processo ao propor que o presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE) seja indicado pelo Presidente da República (PR), o que demonstrou, nos primeiros pleitos eleitorais, não ser praticável. Foi com base nisso que se propôs que o responsável máximo da CNE fosse indicado pela sociedade civil, o que aconteceu nos dois últimos pleitos eleitorais.

Para Alexandre, não faz sentido que num sistema multipartidário tenha de ser o Presidente da República a designar um presidente da CNE, pois, à partida, este “vai fazer tudo o que ele (PR) e a FRELIMO quiserem”.

Frisou que Brazão Mazula foi um presidente eleito por consenso dos partidos políticos. “Quem está a travar este processo é a FRELIMO. Propôs uma coisa que sabe muito bem que o povo não vai aceitar, que a bancada da RUE não vai aceitar. A FRELIMO sabe que o povo moçambicano não vai aceitar que o presidente da CNE seja indicado pelo Chefe do Estado”, disse.

Acrescentou que “a FRELIMO quer nos remeter novamente ao monopartidarismo, em que nomeava a quem quisesse e ninguém se podia opor. Por essa razão dizemos que a FRELIMO está a impedir a revisão da lei eleitoral”.

A FRELIMO defende ainda que alguns membros da CNE saiam do Conselho de Ministros, do Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ), do Conselho Superior da Comunicação Social (CSCS), para além de representantes da sociedade civil.

“Analisando tudo isto, chegámos à conclusão de que a FRELIMO quer estar sozinha na CNE. Por outras palavras, a FRELIMO quer, através da Assembleia da República, retornar ao monopartidarismo, o que nunca vamos aceitar”, sustentou o deputado.

Actualmente, o trabalho foi remetido à chefia das duas bancadas. “O trabalho já não está na comissão. Foi remetido às chefias das bancadas, mas quem está a dificultar o processo é a FRELIMO”, acusou.

Litsuri foi imposto

João Alexandre reiterou que o presidente da CNE deve sair da sociedade civil e não da Presidência da República. E lamentou aquilo que designou de ausência de transparência na eleição de Arão Litsuri, o actual presidente da CNE. “A sociedade civil tinha proposto três candidatos, mas a FRELIMO impôs Arão Litsuri, um homem que não tem vínculo com a sociedade civil. Apareceu como força do partido FRELIMO”.

Sublinhou que, caso o presidente da CNE tivesse sido eleito democraticamente, o processo eleitoral teria sido melhor. “A FRELIMO pegou no Arão Litsuri e politizou-o. E o resultado foi o que vimos”, acrescentou.

Quanto à composição, João Alexandre diz não haver problemas de relevo, considerando que a divergência existente no número dos membros da CNE é discutível, tanto é que “estamos dispostos a encontrar um número consensual com a bancada da FRELIMO, desde que haja equilíbrio”.

A RUE defende que os membros da CNE sejam designados pelos partidos políticos com assento no Parlamento, sendo que os restantes seriam elementos da sociedade civil.

Presidente deve ser indicado pela sociedade civil

Para a Oposição Construtiva, liderada por Yá-Qub Sibinde, a revisão da lei eleitoral ainda é prematura. Aquela força política, também conhecida por parlamento-sombra, defende que o projecto de revisão da lei eleitoral seja remetido a debate público por forma a permitir o envolvimento de todos os moçambicanos.

Colocar o eleitorado a participar na revisão da lei que rege o funcionamento dos órgãos eleitorais seria uma forma de contribuir para que a CNE reconquiste a confiança que se está perdendo, sobretudo nos dois últimos escrutínios, defende Sibinde. “É preciso devolver a confiança que os eleitores perderam em relação aos órgãos eleitorais”.

Relativamente à proveniência do presidente da CNE, a Oposição Construtiva diz que a fonte deve ser a sociedade civil, como já está a acontecer. “O presidente da CNE deve sair da sociedade civil, e não deve ter interesses políticos, especialmente nos processos eleitorais”. Sugere, ainda, que a CNE seja constituída por oito membros, todos da sociedade civil.

Nada travamos, Alfredo Gamito, da FRELIMO

O chefe da Comissão *Ad-hoc* para a Revisão da Lei Eleitoral, Alfredo Gamito, negou que a sua bancada estivesse a travar o processo, explicando que o importante é que da revisão resulte uma lei eleitoral que reflita os anseios dos moçambicanos, daí que, primeiro, se devem tomar em conta os objectivos que classificou de principais, como a redução do número de membros da CNE, sua profissionalização, gestão de prazos eleitorais e tornar o órgão menos partidariado.

Estes objectivos, diz Gamito, foram traçados por diversos intervenientes, destacando-se entre eles o Conselho Constitucional.

Segundo Gamito, a proposta para que o presidente da CNE seja designado pelo Chefe de Estado está relacionada com aquilo que considerou como tendo sido o fraco desempenho das duas últimas direcções da CNE.

“Duas das quatro comissões (nacionais de eleições) que tivemos vieram da sociedade civil, mas fazendo-se o balanço parece que não foram tão eficazes. Não éramos contra a ideia do presidente da CNE vir da sociedade civil, mas, da experiência anterior, concluímos que não deu certo e, então, estamos a propor que seja designado pelo PR”, disse.

Gamito acusou a RUE de ser incapaz de apresentar propostas claras, sublinhando que, tendo sido a bancada parlamentar da oposição que propôs a indicação do presidente da CNE pela sociedade civil, é ela mesma que sempre aparece a reclamar os resultados eleitorais, após a sua divulgação.

Acrescentou que o discurso da RUE quanto à necessidade de profissionalização da CNE é contrário à sua prática, ao sugerir que a maior parte dos membros da CNE sejam indicados pelos partidos políticos.

Gamito assegurou que, uma vez alcançado um consenso ao nível da sua comissão, a proposta da nova lei será submetida a debate público, antes da sua discussão ao nível da plenária. “Isso faz parte dos nossos planos, mas não vamos a público sem uma base que nos sirva de ponto de partida”.

Justificou a proposta da sua bancada de incluir na nova CNE representantes do CSMJ e do CSCS afirmando que a natureza do trabalho destas instituições implica que elas estejam muito envolvidas no processo eleitoral.

Apenas 36,6% de moçambicanos têm acesso a água

Carla Lopes

A celebração do Dia Mundial da Água, no passado dia 22, foi uma oportunidade de recordar as dificuldades que pessoas de todo o mundo enfrentam para ter acesso a este bem essencial à vida humana. Em Moçambique, são pouco mais de 35 por cento de toda a população as pessoas que têm acesso a água segura.

Esta é uma das principais causas de Moçambique ter uma das taxas mais elevadas de mortalidade infantil no mundo. Cento e setenta e oito crianças em cada mil nados vivos morrem antes de atingir os 5 anos de idade devido à malária, diarreia, das infecções respiratórias agudas, e as doenças preveníveis por vacinas.

Segundo dados do Inquérito Demográfico e de Saúde (2003), o baixo acesso ao abastecimento de água e ao saneamento básico é um factor-chave para a prevalência elevada de doenças diarreicas. O acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento é extraordinariamente baixo: apenas 36.6% da população têm acesso a fontes de água segura (zonas urbanas – 68.9%); zonas rurais – 23.2%) enquanto 48.3% têm acesso a serviços de saneamento melhorados (zonas urbanas – 77.5%, zonas rurais – 36.3%).

Nas zonas peri-urbanas, de acordo com o UNICEF, registaram-se, apesar de tudo, algumas melhorias, nos últimos 10 anos, mas as doenças diarreicas e a cólera continuam a ser ameaças perigosas.

Os objectivos do Programa de Água, Saneamento e Promoção de Higiene que o UNICEF e outros parceiros de desenvolvimento apoiam, visam a redução de morbilidade e mortalidade devido à doenças associadas com o inadequado abastecimento de água e saneamento e práticas de higiene precárias, assim como a promoção da educação da rapariga através da redução do tempo e energia gastos pelas raparigas e mulheres em actividades relacionadas com a colecta de água.

Como forma de minimizar o sofrimento da população, 93.000 pessoas tiveram acesso a água potável e 38.000 ao saneamento melhorado em zonas rurais e peri-urbanas de Maputo, Gaza, Sofala e Zambézia fornecidos pelo UNICEF, no ano passado.

“Água em excesso ou escassa é um grande sofrimento”

A Primeira Dama de Moçambique, Maria da Luz Guebuza, afirmou, esta semana, que a escassez ou excesso de água podem constituir uma fonte de dor e de sofrimento, provocando danos incalculáveis. A seca contribui para o empobrecimento dos solos e dos ecossistemas afectando, por exemplo, a produção agro-pecuária e a segurança alimentar.

Maria Guebuza proferiu estas palavras no âmbito das comemorações do Dia Mundial de Água, que este ano celebrou--se sob o lema "água e cultura".

Nas regiões mais áridas não só escasseiam as fontes de água como, muitas vezes, estas encontram-se a grandes distâncias de aglomerados populacionais.

"Com efeito, mulheres e crianças são obrigadas a galgar longas distâncias à procura deste precioso líquido para a necessidade da família. Por vezes, elas têm que concorrer com animais por uma fonte de água sem qualidade para o consumo humano", disse.

Para a Primeira Dama, é, por isso, necessário reabilitar e construir sistemas de retenção de água, por forma a reduzir a vulnerabilidade face aos caprichos da natureza. Este trabalho deve ser incentivado a partir das famílias e comunidades.

RESUMO SEMANAL

Economistas da CPLP reunidos em Angola

Decorre, entre os dias 11 e 13 de Abril próximo, nas instalações da Universidade Lusíada de Angola, um encontro de economistas da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP).

O último encontro foi em Recife, em Novembro de 2003, tendo Moçambique sido representado pela Associação Moçambicana de Economistas (AMECON), que para lá enviou sete jovens economistas.

A próxima reunião decorrerá, em 2008, em Maputo e será organizado pela AMECON.

FNUAP doa material para recenseamento da população

A representante do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Petra Lantz, entregou, esta quinta-feira, em Maputo, ao Instituto Nacional de Estatística (INE), equipamento diverso para a preparação do recenseamento geral da população e habitação previsto para 2007.

Orçado em 11 biliões de meticais, o material compreende equipamento informático, motorizadas, bicicletas dentre outros meios, e tem como objectivo contribuir para a implementação do projecto de cartografia e o censo.

NEMCHEM oferece material escolar

A NEMCHEM, uma empresa vocacionada para produtos de higiene e limpeza, ofereceu, esta quinta-feira, sete mil cadernos e quatro mil esferográficas a duas escolas da cidade da Matola, nos bairros de Fomento e da Liberdade.

Com a oferta, a empresa pretende contribuir para a redução dos níveis de desistência escolar, muitas vezes associadas à falta de material.

Tanto na escola primária Tundururu, Fomento, como na da Liberdade, os seus representantes foram unânimes em afirmar que, com este apoio, o problema de falta de material com que os alunos se debatem poderá estar minimamente resolvido.

OPINIAO EDITORIAL

Taipo na Zambézia

Até dá para esperar que não seja verdade. Mas só em casos extremos a imprensa pode faltar à verdade, e nunca por vontade própria; uma fonte poderá, com ou sem intenção, ter dado a informação errada, e um pequeno descuido dá para pôr a reputação de um jornal na lama.

Não parece, porém, ser a situação no caso reportado esta semana a partir da Zambézia, onde a ministra do Trabalho, Helena Taipo, é reportada como tendo mandado encerrar estabelecimentos comerciais pertencentes a uns chineses, em resposta a alegadas agressões perpetradas pelos seus proprietários contra trabalhadores.

É necessário, primeiro, manifestar a nossa admiração pelo trabalho que Taipo tem

vindo a realizar desde que assumiu as suas funções em Fevereiro de 2005. Pessoa não tão afastada da controvérsia, tem estado a revelar-se destemida na maneira frontal com que aborda as questões relacionadas com o seu pelouro, e isso não lhe tem poupado inimizades.

A coragem com que enfrentou os *madgermanes* e procurou solucionar os seus problemas, onde há dezenas de anos homens andavam às voltas, testemunha estas qualidades de uma mulher determinada, e com propósito de acção.

Mas há que pôr travão a esta euforia taípica. Admitamos que os referidos comerciantes chineses estivessem, de facto, a maltratar os seus trabalhadores. Mesmo mantendo-nos reservados quanto ao que no contexto laboral moçambicano pode ser designado de maus tratos.

A ministra pode se ter excedido na sua reacção, devido a uma série de razões que podemos aqui apresentar. Primeiro porque ela, sendo ministra, aquela não é área de jurisdição dela, e o mais sensato teria sido ela instruir a inspecção local do trabalho a averiguar o assunto e tomar, àquele nível, as medidas que se julgassem que fossem apropriadas.

Segundo, parece uma grosseira arbitrariedade que, mesmo que as queixas dos trabalhadores fossem legítimas, aos comerciantes chineses não tenha sido dada possibilidade de se defenderem, colocando, a quem de direito (que não é a ministra), os seus argumentos.

Em terceiro lugar, tratando-se de uma situação que já se vinha verificando há algum tempo, a acção da ministra devia ter sido contra os representantes do seu ministério na província, os quais, sabendo dos desmandos que estavam a ser protagonizados, nada fizeram para reverter a situação.

Ao que tudo indica, a ministra agiu impulsivamente, possivelmente revoltada com os relatos que ouviu e que devem ter sido humilhantes para qualquer moçambicano. Mas, ao agir assim, ela quis transformar dois males numa coisa correcta.

Ao agir da maneira como o fez, a ministra não teve o cuidado de se resguardar para uma hipotética situação em que os comerciantes chineses poderão pretender valer os seus direitos, recorrendo aos tribunais para exigir indemnização pelos danos comerciais que eventualmente lhes tenham sido causados com a sua decisão, e depois o tribunal vir a provar que nada do lhe havia sido dito pelos trabalhadores constituía a verdade. É preciso resolver os problemas, é verdade, mas é preciso respeitar as leis.

A talhe de Foice

Por Machado da Graça

Barbas de molho

Ao que me dizem fontes dignas de crédito, uma das principais razões do travão que o nosso Executivo meteu em relação à luta contra a corrupção é a observação do que tem acontecido nos países vizinhos que decidiram seguir por essa via.

Recentemente um alto dirigente terá referido, indirectamente, o que se está a passar na Zâmbia e no Malawi, em que a luta contra a corrupção levou a graves fracturas dentro dos partidos no poder, para justificar a falta de uma acção vigorosa, entre nós, na denúncia e punição dos corruptos de alto nível que inundam o nosso aparelho de Estado.

Isto é, vendo as barbas do vizinho a arder, os nossos governantes preferem colocar as suas próprias barbas de molho.

Ora este tipo de desculpa para não se fazer aquilo que foi largamente prometido que se faria, leva-nos a seguir diferentes linhas de pensamento.

Uma primeira linha é que as barbas dos vizinhos zambianos e malawianos já estavam a arder na altura em que, por cá, se faziam promessas e afirmações de princípios. Já se sabia quais as possíveis consequências de acções de “purificação das fileiras” (ainda se lembram desta frase?) num partido profundamente infiltrado pela corrupção a todos os níveis. E, no entanto, fizeram-se as promessas e invocaram-se os princípios.

Será que quem prometia e invocava era ingénuo e não se apercebia das consequências prováveis das medidas que propunha? Será que estava convencido de que tinha uma força política que, depois, veio a verificar que não tinha?

Vendo as coisas de fora do partido Frelimo é difícil responder a estas perguntas. O que se pode especular é que o momento da viragem terá sido o encontro realizado o ano passado em que estiveram presentes altos dirigentes do governo e do partido Frelimo. Nesse encontro, aparentemente, foi deitada muita água sobre a fervura militante da campanha eleitoral e dos primeiros meses da nova governação. E, nessa água, se terá afogado a luta contra a corrupção e o deixa-andar, de que cada vez menos se voltou a falar.

A recente sessão do parlamento à porta fechada e a mais recente ida do governo à Assembleia da República, em que o executivo fugiu quanto pôde a responder às perguntas concretas da oposição são alguns dos aspectos mais visíveis deste naufrágio.

Mas outra linha de pensamento parte da escolha, por quem nos governa, dos exemplos regionais de luta contra a corrupção.

Ao escolher-se os casos da Zâmbia e do Malawi e não, por exemplo, o da África do Sul, está-se a fazer uma escolha política. Com razões e objectivos concretos, muito provavelmente.

Porque o exemplo sul-africano, de respeito pela justiça mesmo quando o acusado é o Vice-Presidente e candidato à futura Presidência, poderia ser muito mais mobilizador entre nós, levando até a um reforço do prestígio, tão abalado, da nossa magistratura.

Com Jacob Zuma sentado no banco dos réus, as estruturas do país vizinho não são enfraquecidas. Pelo contrário mostram a sua força. Mostram que o judiciário continua a ser independente e a cumprir a sua função no equilíbrio de poderes do país.

Pelo contrário, o que se passa entre nós, dá a sensação de um poder judiciário totalmente obediente aos interesses do partido no poder, que não se atreve a levar a tribunal ninguém, de perto ou de longe, ligado ao partido Frelimo. Por muito que ouçamos papaguear, a toda a hora, a frase de que “em Moçambique ninguém está acima da lei”.

Tudo isto para dizer que, pelo caminho que foi tomado, não se espere qualquer luta, minimamente séria, contra a corrupção, a criminalidade e o deixa-andar.

Vamos continuar a ouvir o paleio do costume sobre “definição de estratégias” e “acções que estão em estudo”. Mas combate concreto, invocando nomes e apelidos, não vai haver.

No nosso Estado, aparentemente, “eles” já são os mais fortes.

“Que fazer?”, perguntava o falecido Ulianov.

TOPICOS ATiP!COS

Por Afonso dos Santos

Geração

Quando alguém diz, sobre outra ou outras pessoas: “Somos da mesma geração”, está a falar de quem? Daqueles que andaram na mesma escola que ele? Ou dos que estiveram com ele na tropa? Ou dos que leram os mesmos livros ou autores, ouviram as mesmas músicas e viram os mesmos filmes? Ou dos que cultivaram as mesmas machambas? Ou dos que trabalharam, na mesma época, numa mesma empresa, por exemplo nos Caminhos de Ferro de Moçambique ou na Açucareira de Mafambisse?

Será que cada um destes grupos, constituído por pessoas que se conhecem directamente entre si, constitui uma geração, e, portanto, há aqui várias gerações? Ou será que todos estes indivíduos constituem um única geração, desde que tenham entre si um factor comum: a idade?

Fala-se de, vez em quando, no conflito de gerações. Ora, para perceber que tipo de conflito é esse, e até mesmo para perceber se esse conflito sequer existe, será necessário, naturalmente, tentar saber como se define uma geração. Se cada um daqueles grupos acima referidos é uma geração diferente, então o conflito de gerações é, por exemplo, um conflito entre, por um lado, os que andaram na mesma escola e, por outro lado, os que cultivaram as mesmas machambas. Se for este o caso, então isto é conflito de gerações, ou é conflito de classes?

Se cada um daqueles grupos for uma geração diferente, então o conflito de gerações poderá referir-se a um conflito entre grupos que leram livros diferentes; ou entre um grupo que leu certos livros e um outro grupo que não leu livros nenhuns; ou entre um grupo que trabalhou numa empresa e outro grupo que trabalhou numa outra empresa.

Entretanto, surge aqui um elemento curioso: é o uso do tempo dos verbos no pretérito perfeito. De facto, quando alguém diz, sobre outra pessoa, “Somos da mesma geração”, geralmente toma como referência alguma situação comum do passado; o que significaria que a geração é um conceito que se refere ao passado, pelo menos para algumas pessoas, as que têm um passado mais ou menos comprido.

Mas existem os que têm um passado curto, e esses costumam ser designados como a nova geração. Estamos, portanto, a falar de tempo; estamos, pois, a falar de idade. E isto significa que a geração se define em função da idade.

Caso contrário, seria necessário aceitar que um camponês de Montepuez e um seu conterrâneo e coetâneo, que tenha tido a oportunidade de descer até à capital do país e de fazer um curso do ensino superior, não pertencem à mesma geração.

Se, dentro dum mesmo grupo de idade existissem várias gerações, então é como se estas - as gerações - fossem uma espécie de castas, existindo, por conseguinte, dentro do mesmo grupo etário, gerações superiores e gerações inferiores? E toda a gente sabe onde é que isto vai parar, quando se começa a dividir os seres humanos em superiores e inferiores, em esclarecidos e ignorantes.

Este caso do conceito de geração é um exemplo útil para ilustrar de que modo, por vezes, os conceitos científicos, técnicos, filosóficos e artísticos são distorcidos e utilizados para fins político-ideológicos. O mesmo acontece também, por vezes, com a religião.

Com base no que atrás fica exposto, parece interessante perguntar: e o que é, então, a geração "bizz" (com mais zê ou menos zê, tanto faz)? Será um determinado grupo de idade? De qual intervalo de idade, isto é, dos quantos aos quantos? E esse "bizz" donde vem, quer dizer o quê? Será que aqueles que se identificam como pertencendo a essa geração sabem isso? Ou identificam-se simplesmente com uma coisa que não sabem o que é, perdendo assim a sua própria identidade, e tornando-se uma não-identidade?

É possível supor que "bizz" é, simultaneamente, uma abreviatura e uma corruptela (modo errado de escrever) da palavra inglesa business (que se pronuncia precisamente bizniz), que significa negócio, comércio. Sendo assim, resulta daqui que essa tal geração "bizz" é a geração do negócio.

E este é um exemplo da utilização do conceito de geração com fins político-ideológicos. O que interessa é desenvolver uma geração com a mentalidade de consumidor, com a ideia suprema de que tudo se compra e tudo se vende, e que se transforma ela própria em mercadoria que vende a sua imagem por qualquer preço, em programas de televisão, desfiles de moda, concursos de misses, videoclips da chamada música hip-hop, os quais ostentam principalmente automóveis, mansões, estâncias hoteleiras e piscinas duma vida de luxo. Aqui, o conceito de geração pretende designar apenas um pequeno grupo socio-económico que vive completamente alienado do futuro da sociedade.

Mas uma nova geração, a geração a quem pertence o futuro, é aquela que produz os bens materiais, que se dedica à aquisição de conhecimentos, que realiza descobertas científicas e técnicas, e que, apoderando-se (isto é, tomando posse) das conquistas espirituais e materiais das gerações anteriores, impulsiona a sociedade humana para um estágio mais avançado de desenvolvimento.

Talvez alguém se lembre duma pergunta que é a seguinte: "para onde vai a Humanidade?". Pois bem, para já, a Humanidade vai a caminho da próxima geração.

Será esta uma resposta demasiado ambiciosa?

Missa Pagã

Por Fernando Manuel

O meu sogro é jornalista

Eu tenho dezanove anos de idade e estou perdidamente perdida por um moço quatro anos mais velho do que eu, não é bonito de cara mas tem um corpo maravilhoso, flexível como uma haste de bambú ao vento e uma alegria e beleza de alma que me põe quase que louca, de tão transtornada de prazer.

Chamo-me Jezebell.

Ele chama-se Tiago. Completo é Santiago Gonera Samuel. Define-se como "um criativo", é irrequieto pôca, tem curso médio de *design* pela Escola Nacional de Artes Visuais e já tentou tudo na vida: "Jezze", diz-me, quando o recrimino, timidamente, sobre o seu modo de vida, ele que é tremendamente temperamental, explosivo mesmo (já comprou e vendeu cama, já comprou e vendeu DVD's, já ajudou os pais em enrascadas de pagamento de energia e água mas nunca pára – "Jezz", diz-me ele, "eu preciso de dinheiro para fazer arquitectura. O kôta teu sogro, meu pai querido, mal se aguenta nas canelas para nos dar de comer. Eu preciso de me virar".

Diz isto com um sorriso distraído e olhar a vasculhar as profundezas dos meus olhos e ri-se. Ri-se de forma tão franca, honesta e livre que, sem eu o querer conscientemente, ponho-me também a rir e ele abraça-me e beija e... "Jezebell, *je t'aime*". Melhor do que isto, dito pela sua voz precocemente rouca, só morango com chantyly...

...E gosto da minha sogra. Poderá vir a sê-lo?

Sei lá! Ela é tão exigente! Outro dia mandou-me fazer os preliminares para fazer uma mathapa com caranguejo. Significando: pilar a mathapa com alho junto qb, ralar o coco, pilar o amendoim, cozer o caranguejo em água e sal e deixar tudo a postos, cada ingrediente na sua tigela.

Sai-me mal: ela olhou para aquela confusão toda e disse, severa: "é essa porcaria que você quer dar ao meu filho, para comer quando estiveres casada, senhora doutora? O meu filho não come diplomas. Vá lá para a sala ver a porcaria dos filmes de Jean Claude Van Damme. E, se você casar com o meu filho, eu corto uma parte do meu clítoris e dou de prenda".

Suspiro:

"Mas eu perdo. Tenho 19 anos e estou perdidamente apaixonada por um de 23, não tenho culpa de não saber fazer mathapas.

Tanto mais que, de facto, o que me fascina naquela casa é a figura do meu sogro: magro, de pele extremamente clara (será anémico, pergunto, sempre que o vejo, mas pergunto em silêncio a mim própria) nada mais que 1,65 metro de altura nos seus 53 anos de idade, lábios frementes, o rosto feito um pergaminho de chocolate museu de rugas de perenes perguntas sobre a vida, de tronco nu, calções e descalço, na cozinha, de dia ou de noite, afogado no meio de livros e revistas e jornais, com os óculos de lentes mais grossas que o fundo de um garrafão de 20 litros de capacidade – já cá não se fazem – a ler, ler, ler, a levantar os olhos cuja íris não se vê por detrás de lentes que tais a responder, distraidamente, “oh, olá Deolinda” eu a dizer “não sou Deolinda, pai, eu sou a Jezebell, namorada do teu terceiro filho, ele ah, vocês são iguais...”

Depois tira os óculos, olha para mim fixamente, esfrega o cano do nariz, que tem finas gotículas de suor húmido e acrescenta, com um sorriso belo, infantil, fresco como as pétalas de uma flor – qualquer que seja – numa manhã de orvalho em Maio e diz: “seja como for, tenho muito orgulho nos meus filhos. Eles têm bons gostos. És muito linda. Como é que disseste que te chamas?”

“Jezebell, pai.”

“Jezebell. Tudo em ti é bonito. O que é que gostarias de ser quando adulta?”

“Uma versão mais apurada de jornalista.”

“E isso vem a ser o quê, Jezebell?”

“Poetisa, pai!”

“Isso é pura loucura. Mas admiro a tua coragem. Sê feliz, poetisa.”

“O que me deseja é impossível, pai. Eu sei. Um poeta nunca é uma pessoa feliz. Mas eu assumo essa loucura. Só espero que me não faça perder o meu grande amor. O seu filho”.

“Jezebell: os grandes amores nunca se perdem.”

“Pai: vou pedir à mãe Magadzi para me ensinar a fazer mathapa com caranguejo e arroz de coco. Agora vou deixá-lo. Estou a ver que está a ficar impaciente. Está a ler o quê mesmo, pai? Ah: Viver Para Contá-la. Gabriel Garcia Marquez. Hum, hum...”

“Hum, hum, hum... Jezebell.”

“Hum, pai.”

Eram 3 da manhã, chovia, a casa era de madeira e zinco e se calhar nem era ninguém, e ninguém sabia se eram lágrimas de dor, gotas de chuva ou pura empatia de gozo, o simples gozo de se sentir que se está vivo:

“Amo-te muito, Jezebell”, eram 5 da manhã e continuava a chover

“Eu também, pai! Mas como é que vou dizer isso ao teu filho ?...”

Espinhas

Por Fernando Lima

As dores de cabeça de Taipo

Gosto. É este o meu sentimento epidémico sobre a nóvel ministra do Trabalho. Gostei do estilo despachado como tentou arejar a casa. Gostei da forma como tem agarrado o boi pelos chifres na novela sem fim que são os pagamentos aos *ex-magermanes*. Gosto da nova imagem que se está a tentar projectar do INSS, embora esteja para ver se o investimento das pensões não é apenas uma luta de facções no seio da “nomenklatura”.

Mas já me deixou apreensivo a ligeireza administrativa da movimentação de dinheiros e património pela casa, deixando no ar a sensação de “business as usual” (como vinha sendo).

Se há várias escolas de actuação no Executivo, Taipo é da escola voluntariosa. Dá a cara, vai à luta.

Claro que há o reverso da medalha.

E digo isto ao ler a mais recente ofensiva da ministra na Zambézia. Foram fechados estabelecimentos comerciais, expostas empresas na praça pública. Os casos são conhecidos. Maus tratos, racismo, salários abaixo do estabelecido. Quase todos os dias os jornais trazem estes relatos. Habitualmente mais apimentados se o patrão é estrangeiro. Na ofensiva da ministra há visados chineses e japoneses. O que poderá ser entendido como um sinal ao “deixa-andar” de casos anteriores que permitiram mesmo ao embaixador de Pequim gracejar na TV que “uma tapinha na bunda não faz mal a ninguém”. Ou sinal para os negócios da madeira na Zambézia e Cabo Delgado que protegem mão-de-obra chinesa não qualificada.

Uma das questões fundamentais é que a ministra ao proceder assim está a substituir-se aos fiscais e inspectores do Trabalho do seu ministério e direcções provinciais. Está também a substituir-se à Polícia e aos tribunais. Uma das coisas bonitas do Estado de Direito de que fala a Constituição é o direito ao contraditório. No caso vertente, têm os acusados o direito a defender-se das acusações de que são alvo. Os trabalhadores da companhia que captura camarão a partir de Quelimane alegam que só podem tomar banho cada seis dias. Mas, os armadores japoneses, em sede própria, devem poder contra-argumentar estas acusações.

É que, e em defesa dos “terríveis chineses”, há casos documentados de empresários desesperados com

o nível de roubos de que são alvo os seus empreendimentos. Como a empreitada rodoviária em Pambara ou o projecto de aquacultura de Sofala. Pode-se argumentar que a ministra é atirada às feras porque as estruturas não funcionam.

Mas alguém tem que separar o principal do secundário, o global do pormenor.

Os atropelos no mundo do trabalho têm de ser vistos à luz de outras componentes que envolvem desenvolvimento em Moçambique.

Que imagem transmite a ministra para a fila de empresários estrangeiros aos balcões do CPI (Centro de Promoção de Investimento)? Como gerir salários mínimos na Zambézia (que exporta desemprego para todo o país) com salários agrícolas mais baixos no Malawi, onde o camponês moçambicano corre a vender o seu excedente? Como atrair novo investimento se atiramos para a esfera dos potenciais desenvolvimentistas o ónus de anos de salários em atraso porque não foram accionados em tempo devido os mecanismos de justa compensação aos trabalhadores?

Há uma penosa montanha de decisões que a ministra tem de tomar e, estas sim, são da sua competência e esfera decisória. Como a nova lei do Trabalho que nunca mais sai.

E dela dependem mais emprego, mais competitividade, mais produtividade, mais sofisticação de mão-de-obra importada a baixo custo, mais negócios e mais investimento externo.

Têm de ser estas as verdadeiras dores de cabeça de Helena Taipo.

SAVANA NO INFORMAL

Por Fernando Manuel

Processo? Só se for de Kafka...

EU SOU um aficionado da saga do advogado Perry Mason no seu eterno desvendar de novelas intrincadas – aventuras de que se sai sempre sereno, vitorioso e fresco – desde que me conheço como leitor inveterado. Comungo também, por inerência, as angústias da sua secretária, a Della Street, durante o processo, não fosse eu uma pessoa que se entrega de corpo e alma a tudo o que faz, lê, ouve ou toca.

Assim é que aprendi que, no mundo das leis, o que vale para ganhar uma causa é saber demonstrar que a vírgula que a acusação colocou no laudo acusatório – desculpem a redundância – está no lugar mais errado possível. E que, no “caso vertente”, nunca se poderiam “deduzir argumentos assinaláveis antes do meu constituinte” declarar que blá, blá, blá e, por conseguinte, “interponho junto de V. Exa. Meritíssimo juiz, recurso...”

Depois de uma ligeira consulta “está aceite o pedido de recurso”.

E vão todos, depois disso, cada um com a sua claque, beber um uísque velho sem gelo nem soda, no resguardo *lux quae fugit* de um bar junto ao mar.

MAS tudo isto mete medo:

O facto de não poderes aparecer no tribunal nem um minuto atrasado, o facto de teres que estar limpo, fresco e bem ataviado, o facto de não poderes cruzar as pernas, o facto de te não poderes rir, o facto de ter que falar de pé, sem gesticular, de mãos cruzadas à frente, o facto de teres que começar a frase com Meritíssimo: “se tudo isso não é tortura, então vá se lá saber o que é tortura”, como dizia o pilha galinhas antes de ouvir a sentença que o pôs no xelindró por 27 meses.

MAS NÃO É SÒ O ZÉ DO BURRO que tem medo das leis, ou melhor, da concupiscência dos homens das leis: o poder também nutre um medo pânico deles: principalmente os poderes holigárquicos, ditadores e irracionais:

VEJAMOS O EXEMPLAR CASO do modesto autor destas páginas: entrei tarde para a escola: 9 anos de idade. Tinha que cumprir o engenhoso calvário inventado pelo génio do poder colonial, que consistia em retardar tanto a caminhada dos filhos de pobres – i.e. pretos – a ponto de que nunca chegassem à quarta classe ou, se chegassem, fosse num patamar de idade em que só se podia ir à tropa, ao xibalo ou aos quintais como criado de algum engenheiro branco indulgente ou a quimera do rand: assim: 9 anos o João de Deus – que os machanganas chamavam de Spele, por corruptela da primeira lição, cujo título era Pelo Sinal da Santa Cruz, sendo que Pelo Sinal foi transfigurado para Spele Snal — depois a primeira classe, aos 10 anos, aos 11 a terceira rudimentar, aos 12 a elementar, aos 13 a quarta classe (e isto pondo a problemática hipótese de progredir sem chumbar) aos 14 as plantações de cana em Xinavane, a tropa, a tuberculose incortornável nas minas porque a idade máxima para entrar no ensino secundário era 13 anos...

E; MESMO ASSIM, graças à perspicácia da Irmã Judite, na escola primária do Bairro Indígena da Munhuana, queimei importantes etapas: depois de conseguir demover as hesitações da irmã Superior para me introduzir no secretíssimo colégio onde elas viviam – o que vi por lá nunca o revelarei — nas imediações da escola e da igreja, a pretexto de que ia ajudá-la a descascar batata e cebola, lá me fez passar directamente da rudimentar para a quarta classe: na condição de, no fim do ano lectivo, fazer os exames da rudimentar, da elementar, da quarta e ... consequentemente, o de admissão aos liceus.

Foi um ano glorioso: fiz tudo isso com distinção. O meu irmão mais velho, louco de orgulho, ofereceu-me o seu

relógio (não sei se é assim que se escreve) Kawn Prima made in Switzeland...

DE MODO QUE, em 1977, já com a FRELIMO pelo meio, eu no limiar do segundo ano do curso de direito na UEM, aluno distinto — com o João Luís Victorino Júnior, o Albano Silv, entre outros — a mesma FRELIMO, sem mais nem porquê, mandou encerrar a Faculdade de Direito: foi a única, até agora, a merecer tamanho tratamento.

Why so?

Vá lá cê saber!

E DEPOIS deu-se o caso — triste caso — do jurisprudente Cláudio de Oliveira Nhandamo, a quem fizeram — ou tentaram fazer — cair em desgraça sob o pretexto de que tinha sido comprado por uma garrafa de uísque: desculpa mais que esfarrapada porque nessa altura um dos irmãos do Dr. Cláudio, o basquetebolista emblemático Hélder Nhandamo, de cognome Cobra, dormia, literalmente, sobre caixas de uísque.

E, de boleia no caso, acabou morrendo também o jornalista Abel Faife: só porque era da mesma terra do Cláudio, segundo S. M. M.

A GENTE CÁ SABE: o stress é grande: a casa das leis está a estourar pelas costuras, de tanto processo mal parado. O Dr. Mangaze disse-o claramente na recente abertura do Ano Judicial.

É donde dá para perceber que a monumental obra de Franz Kafka, cujo título é, justamente, *Das Process* — O Processo — não é assim tão surrealista.

MELHOR MESMO é levar tudo isso para as areias brancas da praia do Bilene, meter todos os processos no interior de uma bola e chutá-los com estilo.

Como, aliás, o fizeram os doutos juízes flagrados naquela estância pelo “canudo” do Felisberto Machava: o João Trindade — alto estilo —, o Norberto Carrilho, o celebérrimo juiz Paulino e outros — não é desprezo, não conseguimos identificá-los com segurança: “é correr, gente, é correr”. E correram, areia branca arriba!

E; DEPOIS DE TUDO, O RELAX: de micro na mão, assim: “vamos beber/e depois cantar em voz alta/ que o vinho da clarinha/ faz animar toda a malta...”

É, né? Tristeza *nam* paga dívida. Processos litigiosos mui *mêno*...

TRIBUNA DO EDITOR

Por Fernando Gonçalves

Investimento e competitividade

Não deixa de ser notório o esforço que tem vindo a ser empreendido pelo ministro do Comércio e Indústria, António Fernando, e pelo presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Salimo Abula, no sentido de incentivar a produção interna, promover a competitividade da indústria moçambicana e criar as melhores condições para investimento no País.

Estas três componentes são importantes na luta que se trava contra a pobreza, e devem merecer o apoio de todos, incluindo um esforço deliberado por parte das autoridades governamentais no sentido de eliminar todos os factores que emperram o seu desenvolvimento. A importância do investimento nacional não precisa de ser sublinhada. O investimento estrangeiro só pode prosperar quando os investidores estrangeiros entenderem que os moçambicanos têm confiança na sua própria economia.

O ambiente regional também pode concorrer para a retracção dos investimentos, uma vez que, regra geral, os investidores não olham para um país de forma isolada, dada a inevitável interligação que existe entre as economias de uma determinada região. Na visão dos investidores, basta um país tossir para que os outros apanhem a constipação.

A problemática do investimento é complexa, e não se pode ficar na ilusão de que ela será resolvida de uma única vez, através de um decreto. Trata-se fundamentalmente de um processo longo, mas que obriga aos intervenientes na matéria a manterem-se a cada momento focalizados sobre o que é necessário fazer e quando.

Ela é complexa porque não abarca apenas uma única área. A criação de óptimas condições para o investimento está ligada à lei do trabalho, que neste momento está em fase de reformulação, aos regimes aduaneiro e tributário, a questões de formação, da inovação tecnológica e do actual processo de reforma do sistema burocrático. Cada uma destas áreas tem as suas próprias complexidades, e nem sempre é possível reformá-las sem causar outros problemas.

Mas a área que mais precisa de mudanças profundas é a da atitude, que é fundamental para que em

todas as outras se registem progressos assinaláveis.

Parece persistir a tendência de dirigentes virem a público repetir os mesmos problemas de que toda a gente já sabe e já ouviu falar, sem contudo oferecer as soluções necessárias para alterar a situação.

Que o ambiente de negócios em Moçambique é desfavorável (e até hostil) aos investidores é sobejamente sabido. Mas é preciso apontar os factores que concorrem para esse ambiente e tomar medidas corajosas para mudar o estado de coisas.

Se se sabe, por exemplo, que o mau desempenho das empresas que operam em Moçambique tem as suas origens na ineficiência do sistema burocrático, e que tal ineficiência resulta da existência de funcionários com formação inadequada ou que extraem prazer em dificultar o trabalho dos outros, então que a acção seja direccionada para eliminar tais causas, se necessário mesmo despedindo os funcionários que são a principal causa. Continuar a lamentar é que não nos leva a nenhum porto.

Carta de Prakash Ratilal

Exmo Senhor Director do Jornal Savana

Face às preocupações suscitadas pelo artigo relativo a “irregularidades no Instituto do Coração” publicado no vosso jornal da semana passada, na qualidade de membro fundador da Associação “Amigos do Coração” e de Presidente do Conselho Fiscal do Instituto do Coração (ICOR) peço que aceite publicar o que me vai na alma: o ICOR é uma instituição de excelência do ponto de vista científico e técnico e posso testemunhar que possui uma organização administrativa e financeira aprimorada. Insuficiências a existirem, quem não as tem?

Como regra, na nossa prática diária não toleramos roubos, nem indisciplina, nem mau trato aos utentes do Instituto. Constitui norma central o respeito pelo paciente. Somos rigorosos na gestão técnica e financeira do Instituto. Pagamos regularmente os impostos. Possuímos um acordo, que está em vigor, com o Ministério da Saúde no qual se estabelecem regras entre outras sobre a importação de medicamentos.

Os fundos angariados pelo ICOR não fazem parte dos recursos cedidos ao orçamento do Estado nem provêm de Governos de Países amigos. Os fundos são obtidos pela dedicação, não remunerada, dos membros da associação moçambicana “Amigos do Coração” e principalmente junto de cadeias de solidariedade internacional, em particular da “Chaine d'Espoir” (França), da “Chain of Hope” (Inglaterra), da “Cadeia da Esperança” (Portugal) e do “Coeur Pour Tous” da Suíça.

A gestão dos recursos é metódica. Neste processo não reina descontrolo e posso assegurar que não há irregularidades de natureza financeira. As contas são auditadas pela Ernst & Young. Esta empresa de reconhecida credibilidade interna e internacional poderá testemunhar de forma rigorosa que o Instituto do Coração não tem fins lucrativos. Os membros do ICOR norteiam-se pelos princípios humanitários e de solidariedade, que nunca os perderam, apesar das profundas transformações que o País sofreu.

Os fundos doados essencialmente pelas cadeias de solidariedade europeias e por cidadãos anónimos e empresas do nosso País têm sido essencialmente utilizados para fazer intervenções cirúrgicas de mais de 300 crianças com deficiências cardíacas. Os que pagam, contribuem para viabilizar o orçamento do ICOR. Mas os que pagam, pagam menos de um terço do que pagariam na vizinha África do Sul, beneficiando aqui de tratamento de qualidade similar. Uma operação ao coração aberto na África do Sul custa no mínimo US\$ 20,000.0 (vinte mil dólares americanos). A esta poupança financeira, acresce ainda a capacidade física e intelectual restaurada aos que beneficiaram destes actos médicos feitos em território nacional.

Estas crianças, oriundas de todo o País, foram gratuitamente operadas por cirurgiões de gabarito mundial, que em Maputo, no Instituto do Coração, utilizam tecnologia do primeiro mundo. Esta é uma coisa boa! Ela só pode ser exaltada.

Dentro de 3 semanas, o Professor Magdi Yacoub a quem a Rainha da Inglaterra concedeu o mais alto título honorífico de SIR, pela sua imensa contribuição à cirurgia cardíaca no plano mundial, irá operar a coração aberto cerca de 20 crianças. Com recursos financeiros do seu bolso, este Professor está a conduzir uma investigação científica em Inharrime (Inhambane) para determinar as causas da prevalência de uma doença cardíaca (fibrose endomiocárdica) que se manifesta principalmente nas populações mais pobres. Este é um grande salto na área da investigação médica no nosso País.

De entre outros médicos famosos no mundo, que regularmente visitam e operam no ICOR cito alguns que conheço pessoalmente: Professor Manuel Antunes e o Doutor Leitão Marques, ambos de Coimbra (Portugal), o Professor Kalangos de Geneve (Suíça) e os Professores Doutores Alain Deloche, Pascal Vohuê e Daniel Sidi de Paris (França). Todos eles fazem operações de coração aberto no nosso País e têm salvo vidas!

É gratificante ver moçambicanos a aprenderem e a trabalharem ao lado destes cérebros de dimensão mundial, que o ICOR soube atrair, aos quais nada se paga pelas suas deslocações regulares a Maputo, acompanhados pelas suas enormes equipas, nem se paga pelo seu acto médico, que como é obvio é algo muito caro.

Como cidadão, devo dizer que o futuro do nosso País exige competência e qualidade de primeiro nível. É esta excelência que se trouxe para Moçambique ao se criar o Instituto do Coração. Fizemo-lo com muita paixão, com dedicação. Fizemo-lo com perseverança e com enorme responsabilidade social, independentemente às regras do mercado. Com este acto os membros da associação Amigos do Coração demonstraram que se pode praticar

actos de solidariedade, inclusive no sector da saúde, e sem que até ao presente tenhamos beneficiado de recursos do Orçamento Geral do Estado.

O Instituto do Coração fez imenso para elevar a qualidade dos moçambicanos, alguns dos quais já dominam parte dos conhecimentos científicos e técnicos. Este Instituto é já uma referência em África — já não estamos na fase em que dependemos totalmente do envio a países estrangeiros para operar moçambicanos com doenças de coração. Pelo contrário, já foram tratados no nosso ICOR angolanos, portugueses, etíopes, malawianos, entre outros.

Posso testemunhar que o ICOR continua a salvar vidas. O Savana é convidado a valorizar esta acção. Sou daqueles que acreditam que devemos matar a inveja, e a mesquinhez. Devemos valorizar o que outros fazem, isso dar-nos-á a dimensão do nosso crescimento global como País.

A Ernst & Young poderá certificar que os fundadores moçambicanos deste Instituto, do qual me orgulho de fazer parte há seis anos, nunca receberam um único salário, nem um 'royalty', nem comissões de negócios ou dividendos. O ICOR é na realidade um património dos moçambicanos.

No ICOR prevalece um ambiente de serenidade, de rigor e de disciplina de que nos orgulhamos. Quem visitar o ICOR na Avenida Kenneth Kaunda na cidade de Maputo pode testemunhar o respeito prevalecente, a beleza do espaço, o brio e a limpeza que dão confiança e tranquilidade aos pacientes e familiares que os visitam. Tivemos o privilégio de o construir a partir do nada. E dever de todos ajudar a mantê-lo com a elevada qualidade e visibilidade que ele já possui.

Como garantimos qualidade e não toleramos roubos e desvios financeiros convidamos o Savana e todas outras entidades que se juntem à esta cadeia de solidariedade e de esperança para bem de todos nós.

Melhores cumprimentos

Pela Associação "Amigos do Coração"

Elísio Macamo e o elogio à corrupção

Por Marcelo Mosse

No panorama cinzento do nosso debate público, o sociólogo Elísio Macamo é dos poucos que se destacam pelas suas abordagens geralmente condutentes e esclarecedoras. Respeito-o por isso e, na maior parte das vezes, concordo tacitamente; nalgumas hesito bastante e até torço o nariz. Como quando ele fala sobre corrupção.

Na edição desta segunda feira do Notícias (20 de Março de 2006), Macamo voltou ao tema fazendo um desconcertante elogio à corrupção. Ele propõe que desistemos de tentar controlar a corrupção, porque ela, diz ele, traz "previsibilidade e eficiência" na relação entre o Estado e os seus utentes (ou, como se depreende do artigo, na relação entre os agentes do Estado e os utentes do Estado).

Eu recuso piamente o convite. Porque aceitar tal desafio é aceitar várias injustiças, é anicharmo-nos no conformismo. É aceitar que o Estado trate os cidadãos de forma diferenciada. E isso é uma injustiça, que infelizmente persiste na nossa sociedade. No fundo, no artigo convida-se a que recusemos a essência do Estado tal como a burocracia weberiana o concebe.

O argumento proposto é o de que a corrupção traz eficiência e previsibilidade porque i) no pagamento de subornos ao funcionário público rectificam-se "desequilíbrios estruturais exigindo o verdadeiro preço do serviço que o Estado cobra" e todos ficam a saber quanto devem pagar; ii) a corrupção só é má se o suborno pago não traz o benefício esperado para quem suborna. Ou seja, a corrupção só é má quando, tendo-se subornado para se agilizar um processo, ela "não agiliza nenhum processo".

Este é um discurso paternalista sobre a corrupção que vingou no anos 70, numa corrente onde se evidenciou Huntignton com um artigo em que ele se referia justamente aos aspectos "positivos" da corrupção em termos de que essa prática, em situações de pobreza externa e de insegurança social, possibilitava uma certa paz social, uma determinada redistribuição da riqueza. Hoje, é difícil concordar com esta maneira de pôr as coisas. Na verdade, o discurso funcionalista da corrupção caiu em desuso.

Muitas abordagens sobre corrupção cometem a falha de olharem apenas para as práticas confinadas na pequena corrupção; na corrupção burocrática. Deixam de lado outras práticas, também elas perniciosas, como as que configuram a grande corrupção. No caso vertente do argumento exposto, compreende-se a corrupção apenas como uma troca entre dois actores (e é verdade), mas não se tem em conta a relação de um dos actores para com Estado - no caso do funcionário público -, a chamada relação entre o Principal (o Estado) e o Agente (o Funcionário). Como explicar a legitimação da corrupção em face das regras que norteiam essa relação? Ou privatizamos o Estado, como parece ser a substância que resta do argumento e como, aliás, tem sido a prática quotidiana de boa parte das nossas elites? E como enquadrar, então, a noção de bem público?

Do argumento proposto não se percebe como é que se rectificam "desequilíbrios estruturais" e nem o que isso significa. Podemos conceber, no contexto do artigo, os desequilíbrios estruturais como a antítese da eficiência do Estado; mas como recuperar a eficiência se, com as trocas corruptivas, as rendas e subornos cobrados não entram para os cofres do Estado?

E do ponto de vista de modernização e funcionamento da administração pública, os pagamentos corruptos têm consequências claras: ii) aumento da despesa pública desproporcionalmente às receitas (por via de reduções de impostos, fugas fiscais); ii) aumento da ineficiência e morosidade burocráticas, pois cria-se um estímulo para procura de novas e mais rendas ilícitas; impedimento da modernização da burocracia e cristalização do nepotismo e dos sistemas clientelares de gestão da coisa pública, etc.

Por outro lado, a relação entre Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e corrupção não tem apenas a ver com os custos burocráticos do investimento, como se propõe, mas com todo o efeito de distorção que a corrupção causa em termos de concorrência. Não é a retórica anti-corrupção que afasta o IDE de Moçambique...até porque muitas empresas estrangeiras prefeririam investir num ambiente onde a corrupção fosse regra porque nesse cenário: aumentam os mercados paralelos; a inflação é menor graças ao contrabando e ultrapassa-se o óbice da burocratização excessiva, da regulamentação deficiente e discricionária, etc.

Por estas e outras razões, a corrupção não traz eficiência nem previsibilidade à administração pública como defende o respeitado sociólogo; é, isso sim, um sintoma da ineficiência do sistema. Se um advogado compra uma sentença, ou suborna para que o seu caso corra ou gatinhe - conforme o interesse - ou um doente suborna para que seja atendido mais depressa que todos os outros, isso significa que o sistema não funciona de forma igualitária para todos e é madrasta de quem não pode subornar.

É, em suma, recomendável que se decline o convite formulado. Porque é, ao fim e ao cabo, um convite para negarmos o Estado moderno, para abominar-mos a Democracia e as suas instituições, pese embora todas as suas deficiências. Duvido que seja essa a intenção da maioria.

PAÍS

Obsolescência definitiva para pesticidas obsoletos

— Campanha de recolha custa USD1,5 milhão de dólares

Por Maura Quatorze

Moçambique está, em princípio, livre do perigo de cerca de seiscentas toneladas de pesticidas obsoletos que se encontravam espalhados por todo o País. Esta semana foi lançada a campanha de recolha e reembalagem destes pesticidas, acção que pretende garantir que os produtos químicos são mantidos num local livre do risco de contaminação até que possam ser definitivamente eliminados.

A campanha de recolha e reembalagem conta com um financiamento de 1.5 milhão de dólares do Governo do Japão. As 630 toneladas de pesticidas obsoletos serão guardadas num armazém de Boane, província de Maputo, até Junho próximo, altura em que deverão ser exportadas para um país com condições técnicas para proceder à sua destruição.

O coordenador da Livanningo, organização não governamental nacional de preservação do ambiente, Maurício Sulila, explicou ao SAVANA que os pesticidas obsoletos podem provocar danos graves à saúde humana, como contaminações crónicas ou agudas que podem até causar a morte.

“Existem relatos de pessoas que morreram depois de terem utilizado embalagens que antes continham pesticidas – estas são as contaminações agudas. Por outro lado, existe o risco das pessoas que vivem à volta dos armazéns onde os pesticidas estão guardados sofrerem contaminações crónicas a longo prazo (falo de 5 a 10 anos) por estarem permanentemente expostas a estes produtos”, alerta Sulila.

A contaminação dos solos e cursos de água (através da lavagem nestes de recipientes que continham pesticidas), a aplicação destes produtos químicos sem equipamento adequado e uso de pesticidas não autorizados e não rotulados são outros dos problemas ligados à utilização de pesticidas em Moçambique.

A campanha de recolha e reembalagem dos pesticidas obsoletos em recipientes seguros é a segunda fase de uma campanha nacional que iniciou em 2004.

A primeira fase consistiu essencialmente na identificação de 1,538 toneladas de pesticidas (630 das quais fora de prazo), e análise das condições de armazenamento. Foram identificados 11 locais “muito contaminados” por pesticidas no País — a maioria dos quais zonas de grande potencial agrícola do País.

Este projecto é coordenado pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), Ministério da Agricultura (MINAG) e tem o apoio técnico da FAO, a organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

Segundo o coordenador nacional deste projecto, Samson Cuamba, uma das vertentes mais importantes do mesmo é a capacitação de técnicos nacionais para desenvolverem este tipo de acções.

“As actividades podem agora ser realizadas por técnicos moçambicanos, o que não acontecia em anos anteriores, e o objectivo final é criar uma capacidade institucional interna que nos permita lidar com os pesticidas a longo prazo e evitar que volte a haver acumulação no País”, explicou Cuamba ao SAVANA durante o lançamento da segunda fase da campanha.

Moçambique não produz pesticidas e dados do MINAG indicam que 80% dos pesticidas são usados na agricultura, pecuária e saúde pública.

Lembranças amargas do passado

O ano 2000 ficou marcado por uma forte mobilização da sociedade civil no sentido de impedir o Governo de avançar com o projecto que tinha como objectivo a incineração de lixos tóxicos na fábrica Cimentos de Moçambique, situada na Matola.

Residentes da cidade organizaram-se e pressionaram o Governo a não ir avante por considerarem que a unidade fabril não possuía condições apropriadas para garantir que a incineração naquele local não teria consequências para a saúde pública, argumentando que existiam opções mais viáveis, nomeadamente a exportação dos pesticidas para países com condições adequadas.

O projecto implementado em 2000 recebeu financiamento da Dinamarca para recolher, embalar e, posteriormente, destruir os pesticidas obsoletos, ou por algum motivo inutilizáveis. Foram identificadas cerca de 800 toneladas de pesticidas nestas condições (alguns destes datados do tempo colonial) que acabaram por ser exportadas, depois da insurgência da sociedade civil – e, em particular, da organização Livaningo e organizações internacionais de conservação, como a Greenpeace – contra a sua incineração no País.

Estas organizações temiam que os poluentes emitidos pelas chaminés da Cimentos de Moçambique, resultantes da combustão dos pesticidas — entre os quais estariam *dioxinas* e *furanos*, alguns dos mais perigosos venenos para a saúde humana — contaminassem toda a região da Matola.

Na actual fase de recolha e reembalagem de pesticidas obsoletos já não se coloca a hipótese da sua incineração em território nacional, o que, na opinião de Maurício Sulila, é um indicador “da evolução que houve nos últimos anos no que toca à sensibilização das autoridades governamentais para a preservação ambiental”.

“Este não foi um processo fácil, e o passado deixou- -nos lembranças amargas, como o caso do armazém da Boror, onde os vestígios de contaminação do solo causada pelos pesticidas obsoletos que estavam armazenados em condições desadequadas até às cheias de 2000 são visíveis até hoje. Mas, sem dúvida, hoje estamos no bom caminho”, acrescenta Sulila.

A Livaningo – que foi um dos principais dinamizadores da actual campanha – espera lançar em breve uma publicação dirigida aos camponeses nacionais, ensinando como deve ser feito o manuseamento de pesticidas.

O projecto de identificação de pesticidas perigosos existentes no País iniciou em 1994, com o Ministério da Agricultura.

Guebuza e Dhlakama no epicentro do sismo

— *Chefe de Estado em “presidência aberta” promete minimizar os efeitos*

— *Líder da Renamo denuncia oportunismo político*

Por Andre Catueira

O Presidente da República, Armando Guebuza, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, escalaram, domingo e segunda-feira, respectivamente, o epicentro do sismo, sentido no dia 23 de Fevereiro, para manifestarem a sua solidariedade, cerca de um mês depois do primeiro abalo sísmico.

Um dos objectivos de ambos os dirigentes políticos era inteirarem-se dos estragos causados pelo sismo, que se fez sentir com maiores efeitos em Espungabera, sede do distrito de Mossurize, sul da província de Manica.

Dhlakama denuncia oportunismo político

Entretanto, o também líder da Renamo-União Eleitoral (RUE) acusou o governo distrital de Machaze de, através dos seus membros do partido no poder, estar a partidarizar a distribuição de produtos alimentares destinados a apoiar as vítimas do sismo, discriminando a população pela sua cor política.

O líder da oposição disse igualmente que a Frelimo forçou os membros da Renamo a rasgarem os seus cartões de membro de partido, em troca de produtos de primeira necessidade, ignorando o fenómeno da bolsa de fome que grassa aquele distrito.

Machaze está sendo abalada pela fome, devido à seca cíclica que se regista há três anos.

“Quando auscultei os membros do meu partido, pensei que fosse uma reclamação por serem opositores, mas quando ouvi outras pessoas constatei que alguns cidadãos estavam com dificuldades de receber comida. Disseram que a comida vem, mas a distribuição é muito discriminativa”, disse Dhlakama.

Para evitar situações semelhantes no futuro, o líder da Renamo sugeriu a criação de uma comissão de distribuição de alimentação às vítimas, envolvendo os líderes religiosos e organizações comunitárias, sem necessariamente envolver os políticos.

Dhlakama apelou também ao apoio da comunidade internacional às mais de mil famílias afectadas pelo sismo de vinte e três de Fevereiro passado, no distrito de Machaze.

Em breves considerações, uma fonte do partido no poder, em Machaze, declinou que tenham ocorrido as situações descritas por Dhlakama, e explicou que os problemas que eventualmente tenham ocorrido durante a distribuição de comida não se tratou de oportunismo político, justificando que se houve diferenciações foi devido ao recenseamento de raiz que o partido realizou nos locais onde houve mais vítimas do sismo.

Presidência aberta

Enquanto isso, na sua visita às zonas afectadas pelos sismo, no quadro da “presidência aberta”, o Chefe de Estado, Armando Guebuza, lamentou o sucedido, num discurso feito à população de Guacuanhe.

Guebuza reconheceu que o sismo constituiu uma chamada de atenção para o Governo e garantiu à população que o Governo moçambicano está a envidar esforços para minimizar os efeitos do sismo naquele ponto de Manica.

Acrescentou que a população deve-se empenhar para combater a fome que assola alguns distritos de Manica, particularmente Machaze.

Machaze precisa de 3 biliões de meticais

Dados em poder do SAVANA indicam que, para se recuperar dos efeitos do sismo, o distrito de Machaze necessita de perto de três biliões de meticais para a reabilitação de emergência.

Quanto à província de Manica, esta precisa de cerca de quarenta e dois biliões de meticais, para se recuperar dos efeitos dos diversos fenómenos naturais (como o vendaval, sismo, chuvas, pragas, seca e estiagem, cólera e peste suína) que afectaram a província durante os últimos meses do ano passado e início deste e que provocaram danos humanos e materiais avultados.

Contudo, o governo distrital já disponibilizou, desde o abalo sísmico do dia 23, duas toneladas de farinha enriquecida, duas toneladas e meia de farinha de milho, meia tonelada de feijão manteiga, 200 kg de sal e 200 mantas, 8 caixas de leite infantil, 10 quadros pretos, e dois rolos de lona, 3 kites de utensílios domésticos 25 tendas e sete fardos de roupa usada.

Governo distrital boicota comício da Renamo

Num outro desenvolvimento, a Renamo viu impedida a realização do seu comício popular na sede do distrito de Mussorize, Espungabera, que estava previsto para a passada terça-feira, por coincidir com a realização do comício do Presidente da República.

O comício terá sido impedido verbalmente por um funcionário da administração distrital de Mussorize, que argumentou querer evitar que os ânimos dos membros da Renamo se agitassem antes da realização da visita do Presidente da República ao mesmo local.

“Não posso diferir este documento, porque vocês bem sabem que amanhã vai coincidir com a agenda do Presidente da República”, terá dito um funcionário ao membro da Renamo, que levava o documento a mando do delegado político distrital, Ussufo Momad, quem, aliás, deveria dirigir o encontro, uma vez que Afonso Dhlakama já havia partido para Chimoio.

À procura do epicentro do sismo

O anúncio pelo Centro de Pesquisas Geológicas dos Estados Unidos, do epicentro de sismo em Espungabera, no distrito de Mussorize, com 10 quilómetros de profundidade sob a superfície terrestre, no passado dia 23 de Fevereiro, terá induzido muitos em erro.

Na verdade, o centro de pesquisa identificou o local via satélite, colhendo assim as coordenadas geográficas que indicaram que o epicentro fora em Espungabera.

Contudo, isto só aconteceu por terem usado o antigo mapa português, cuja distribuição geográfica e administrativa incluía Machaze como pertencendo a Mussorize.

Novas buscas das coordenadas geográficas por uma equipa técnica da geologia e minas do País, através do sistema GPS, programado pelos norte-americanos, concluíram que o epicentro do sismo foi no distrito de Machaze, centralmente em Guacuanhe, onde se localizam as fissuras.

“As coordenadas anunciadas pelo Centro de Pesquisa Geológica dos Estados Unidos coincidem exactamente em Guacuanhe, pelo que tudo indica ter sido o lugar onde houve mais estragos”, disse uma fonte da Geologia e Minas a imprensa.

Numa breve conversa, a ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, disse ao SAVANA que ainda decorre um trabalho de busca de dados no local, sobre o verdadeiro epicentro do sismo.

Sabe-se que Machaze foi o distrito mais afectado por aquele fenómeno natural, tendo feito quatro mortos, 28 feridos e deixado perto de mil famílias desalojadas, a maior parte das quais continua ao relento.

CENTRAIS

Exportação da castanha de caju em bruto os sinuosos caminhos da corrupção

Mais de 30 milhões de dólares terão sido sonogados nos últimos anos

*Por Cremildo Maculuve**

A liberalização da exportação da castanha de caju em bruto veio dar azo ao surgimento de um dos maiores focos de fuga ao fisco, tornando esta actividade na jóia da coroa dos exportadores. A cultura do caju, que já foi uma das principais fontes de divisa em Moçambique, estará envolvida numa teia de irregularidades, envolvendo os exportadores e as Alfândegas.

Acredita-se que esses esquemas podem ter feito circular fora do controlo das autoridades quantias superiores a USD 30 milhões. É que, apesar do Banco de Moçambique (BM), através de um dos seus boletins de “Preços e Conjuntura Financeira”, editado em 2004, dizer que houve uma ligeira redução do preço da castanha, derivada do excesso de *stock* no mercado internacional, os números da diferença não correspondem a essa queda.

As Alfândegas, essas, através do seu Departamento de Relações Públicas, dizem não ter como controlar a qualidade de produtos como o caju, tomate, entre outros. Aliás, referem não ser sua vocação efectuar esses controlos.

No concernente à sonegação das reais quantidades, esta instituição afirma não ter conhecimento do caso, aventando a hipótese de tal ter ocorrido, durante o período de reestruturação do sector, facto que poderá ter deslocado os quadros afectos à essa área e conhecedores dos procedimentos.

Ora, sem querermos tecer a nossa opinião, não deixa de ser estranho que uma instituição do género das Alfândegas dependa de um grupo de funcionários insubstituíveis. O mais grave nisto é que há empresas, segundo fontes credíveis, que foram penalizadas por estes procedimentos e, pelo que pudemos depreender, esta instituição não tem esses dados, ou não quer dar.

O caso remota ao ano 2000, altura em que, estranhamente, as autoridades competentes (Alfândegas) deixaram de fazer a inspecção de qualidade e, mais grave, da quantidade nos lotes destinados à exportação.

O resultado directo disto é que, tal como documentam dados do Instituto de Fomento de Caju (INCAJU), em nossa posse, desde o referido ano, o preço médio da castanha vendida no mercado internacional, por tonelada, baixou da casa dos 700 dólares para a casa dos USD 400.

O caso agrava-se quando se toma em conta que a média de qualidade mínima admitida à exportação é de 42 libras de peso por unidade (castanha), cujo preço no mercado internacional é de USD 590 (USD 500 mais a sobretaxa de 18 por cento). Os dados mostram que ou se exportou castanha sem qualidade, ou se sonegaram os valores reais a benefício de não se sabe quem. Isto para não se falar no facto estranho de se produzir apenas castanha de qualidade mínima.

Os valores de 2000 – 27.845.96 toneladas ao preço de USD 411.30 cada tonelada, 2001 – 25.592.20 ton ao preço de USD 373.93, em 2002 – 36.288.54 ton ao preço de USD 392.63 e de 2003 – 20.216.82 ton ao preço de USD 456.53 cada. No entanto, estes números contrastam, de longe, com os dos anos anteriores, designadamente: 1998 e 1999 em que os valores foram: 18.558.40 ton ao preço de USD 793.30 cada e 28.537 ton ao preço de USD 708.39 cada, respectivamente.

Isto mostra que, além de se ter exportado exactamente a castanha de pior qualidade, vendeu-se a um preço muito abaixo do do mercado internacional. Face a estes pressupostos, urge questionar: onde andam as autoridades competentes? A quem beneficia esta “vista grossa”?

É que se se somar a quantidade de castanha exportada (104.622,56 ton) durante os quatro anos de “prosperidade” ao valor supostamente sonogado por cada tonelada (cerca de USD 300), obtemos valores acima dos USD 31 milhões. Porque não se entende o alheamento das autoridades a este processo, as nossas fontes asseveram: “As Alfândegas devem estar metidas no imbróglio”.

O que diz o INCAJU?

Raimundo Jorge Matule, director adjunto do INCAJU, admitiu ao Savana a existência de fuga ao fisco, esquivando-se, no entanto, de assumir que a mesma seja um acto deliberado. Para este, o que aconteceu é que, no processo de liberalização, deixou-se pura e simplesmente de se inspecionar os lotes de

castanha de caju para exportação: “Este foi, seguramente, um dos erros que se cometeu durante o processo de liberalização”.

As nossas fontes garantiram-nos, porém, que a “vista grossa” fazia parte de um esquema montado que custou ao Estado cerca de USD 30 milhões. Para estas, não se justifica que sejam os exportadores a fazer a pesagem e determinarem a qualidade, sem que as autoridades alfandegárias verifiquem a veracidade das informações.

Aliás, este aspecto é corroborado por Matule, que diz que a sua instituição perdeu muito dinheiro com a sobvalorização das mercadorias: “É óbvio que o exportador quer pagar o menor valor possível, daí as falsas declarações que iam sendo prestadas”.

Com isto, os valores da sobretaxa que deveriam ser cobrados deixaram de entrar nos cofres do Estado e daí reverterem para os projectos de fomento.

O mais caricato nisto é que todos os operadores do sector de caju estão a par destas falcatruas ocorridas, mas as Alfândegas “recusam-se” a dar a cara e apontar os penalizados, visto que quando, finalmente, se detectou a irregularidade, alguns foram penalizados.

Para estes, o importante é que se tenha detectado o circuito e se elimine.

Carlos Costa, presidente da Associação dos Industriais de Caju (AICaju), diz, por seu turno, que é preciso disciplinar o processo, desde o controlo de pesagem, nas básculas, até a fase de tiragem das amostras de qualidade, para que casos do género não se repitam.

A liberalização e a falência das fábricas

A derrocada do sector do caju, que já produziu acima das 250.000 toneladas, começou em 1995, quando o Governo decidiu, “pressionado” pelas instituições da *Bretton Woods*, nomeadamente, o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), liberalizar a exportação da castanha de caju em bruto.

Embora haja vozes que discordam desta posição, alegando que a falta de capacidade de gestão e o desvio de aplicação dos créditos bancários por parte dos que adquiriram as fábricas, aliado ao desconhecimento das “linhas com que se coze o sector”, foram os principais municidores do descalabro.

No entanto, quando se decidiu pela liberalização, muitas vozes levantaram-se contra a medida, tendo se destacado a AICaju, que pedia que a mesma fosse feita gradualmente e houvesse uma sobretaxa de 20 por cento que iria sendo eliminada a cada ano.

Kekobad Patel, antigo industrial, não exitou, numa entrevista concedida ao SAVANA, em culpar o Governo pela actual situação que se vive, dado que “nos venderam gato por lebre. Acabavam de privatizar as indústrias e, sem que nos dessem tempo para modernizarmos as fábricas, avançaram para esta medida”.

Mesmo sabendo que a liberalização poderia contribuir para o fecho das unidades de processamento, o Governo preferiu fazer fé no relatório produzido pelo Banco Mundial, que se consubstanciava na versão final de um estudo do economista Hillmar Hilmarsson, em que apelava a uma rápida liberalização do sector com o objectivo de conduzir à subida do preço pago ao produtor, condição essencial, segundo o mesmo, para o aumento da produção de castanha.

Para tal, recomendava que o Governo autorizasse a liberalização sem restrições das exportações de castanha, forçando assim as indústrias a competir com os preços de exportação, o que implicava a eliminação da sobretaxa de exportação sobre a castanha em bruto.

O documento admite que a liberalização poderia ter efeitos negativos sobre a indústria de caju, sector que, no seu entender, operava com valores acrescentados marginais ou negativos. Argumentava, no entanto, que as consequências de uma eventual falência das unidades de processamento “não seriam graves”, dado que a mão-de-obra desempregada seria absorvida com sucesso por um aumento de produção de castanha.

Sugeria, igualmente, o referido estudo que se abandonasse o processamento com base em tecnologias do capital intensivo, em benefício do descasque manual, à semelhança do sistema indiano.

Numa entrevista concedida, há dois anos, pela directora do INCAJU, Clementina Machungo, ao autor destas linhas, esta defendia que “O Governo liberalizou as exportações da castanha em bruto, baseando-se num estudo que antevia melhores resultados para o País”, negando que a posição do executivo tivesse sido tomada apenas em virtude da pressão exercida pelo BIRD, apesar de admitir que, de facto, o melhor método para tornar a nossa indústria competitiva era adoptar tecnologias semi-mecânicas.

Neste aspecto, é de realçar a posição de Patel que disse ao SAVANA que “é inconcebível, ou no mínimo caricato, que se falasse em sistema indiano, enquanto não se tomava em conta que na Índia a mão-de-obra é sazonal e a nossa Lei de Trabalho é demasiado proteccionista aos trabalhadores, não permitindo que se adopte este método”. “É que – acrescenta –, no sistema sazonal, trabalha-se apenas três a quatro meses por ano, ao passo que no País paga-se salários sem que haja produção durante cerca de oito meses por ano”. O caju é uma cultura sazonal.

Entretanto, quando se aborda esta questão, Matule é de opinião que devemos parar de procurar culpados e avançar-se para novas perspectivas, porque “mesmo que não se tivesse avançado com a liberalização, dificilmente as indústrias iriam se manter, pois, eram ineficientes, isto é, processavam cerca de 50.000 ton contra uma capacidade de 75.000 ton. Isto devido à falta de matéria-prima para aprovisioná-las”.

Num estudo, que foi criticado pela AICaju, o BIRD defendia que a liberalização das exportações traria maiores rendimentos aos produtores e não só. O mais caricato nisso é o facto dos principais intervenientes não terem sido auscultados.

Em 1997, a pedido da AICaju, foi feito um estudo pela Deloitte & Touche, que tinha como objectivo avaliar o grau de implementação das políticas impostas pelo BIRD, tendo demonstrado que as posições deste não tinham bases sólidas de sustentabilidade, e que a liberalização não beneficiou aos produtores do sector familiar, nem aos industriais, mas somente aos comerciantes.

Com base no mesmo estudo, chegou-se à conclusão de que a exportação da amêndoa processada trazia um valor acrescentado de USD 150 a 200 por tonelada, contrariamente ao que defendia o BIRD.

Estágio actual da Indústria

Hoje, o sector de caju resume-se a pequenas fábricas que processam até um máximo de 5.000 ton e surgiram ao abrigo de um plano-director que visava a revitalização do sector, iniciado em 1999, no qual se previa a produção de 100.000 ton até 2005, das quais cerca de 60.000 seriam para exportação e a qualidade média seria de 46 libras.

Porém, pese embora essa meta tenha sido atingida na campanha de 2004/2005, as previsões para a presente época apontam para a produção de 60.000 ton. Estes dados, avançados por Matule, levam a questionar até que ponto as políticas de fomento e plantio de novas mudas já começaram a surtir efeitos?

É de referir que, com a derrocada dos níveis de produção e, conseqüentemente de exportação, o Governo viu-se “obrigado” a rever as suas políticas sobre o sector, estando hoje por trás de projectos de fomento, sendo de destacar o projecto de plantio de cajueiros, actividade que envolveu, até final de 2005, mais de duzentas escolas e que se espera venha a incrementar a produção em cerca de 5.000 toneladas, dentro dos próximos seis anos.

Com o rendimento das exportações da amêndoa de caju, que atingiu a casa dos USD 1 milhão, contra os USD 43 milhões da castanha, espera-se que este sector, que já foi pioneiro das exportações moçambicanas, volte a ocupar uma posição de prestígio no *ranking* dos principais produtos de exportação, nos próximos tempos.

Neste momento, o País conta com 17 fábricas, empregando perto de 6.000 trabalhadores, número que poderá subir para os 10.000 com a abertura de mais fábricas.

Será o Incaju um micro-banco?

Até aqui já foram investidos acima de USD 42 milhões, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para o fomento do caju. Porém, apesar de ter havido um ligeiro crescimento, esse valor, ainda, está aquém das necessidades.

Outro aspecto que deve ser reformulado — sobretudo se tomarmos em conta o apoio que a INCaju está a disponibilizar no financiamento de novas fábricas e na fumigação, muitas vezes sem retorno dada a indisponibilidade financeira dos produtores familiares — é o papel do próprio INCaju que se confunde com o de um banco de investimentos para o sector. Mais: donde provirão os fundos para se proceder à fumigação anualmente?

Matule diz que se está a conseguir o reembolso a uma taxa de 80 por cento, havendo para os restantes casos mecanismos de reembolso mais gigantes e os fundos provêm, basicamente, da cobrança da sobretaxa e de parcerias internacionais.

Outro problema que constringe a rentabilização dos produtores é a pressão exercida pelos comerciantes que, por terem *a faca e o queijo na mão*, determinam os preços de compra.

O relançamento do sector é lento, devido, particularmente, à larga incidência da doença *Oidium Anacardium* nos cajueiros existentes no País, à idade dos parques cajuículas, à falta de mecanismos abrangentes para o seu combate, aos baixos incentivos ao investimento em novos plantios e à falta de material melhorado, pese embora as novas mudas em plantação sejam mais resistentes à seca e à incidência de doenças.

Matule prossegue referindo que, pese embora a ocorrência de adversidades de vária ordem, tais como a chuva e o *oidium*, a tendência é de se melhorar a produção, estando o seu sector a distribuir gratuitamente as mudas e a prestar assistência técnica aos produtores.

Porém, os resultados dessa produção de mudas podem não ser satisfatórios, dado que, para que o País volte a produzir grandes quantidades de castanha, é indispensável o plantio de pelo menos dois milhões de plantas por ano, de acordo com este.

Quando se fala de pulverização para o combate ao *oidium*, era sempre colocada a questão do custo dos

produtos, designadamente o *bayfidan* e o *anvil*. É que, mesmo com a pulverização com estes produtos, o incremento que se obtinha não compensava os custos de pulverização.

Para se ultrapassar este problema, o INCAJU, junto dos proprietários destes produtos, a BAYER desenvolveu um genérico 50 por cento mais barato, mas com a mesma eficácia, o que permite uma margem sossegada de lucro para os produtores. A pulverização custa cerca de 12 contos por árvore e incrementa a produção para um mínimo de sete quilogramas que custam cerca de 10.000 meticais à porta da fábrica, o que totaliza cerca de 70.000 meticais por árvore e uma margem de lucro de cerca de 58.000 meticais/árvore.

Moçambique preside ACA

Não obstante estes constrangimentos por que passa a indústria do caju nos últimos tempos, Moçambique, através do presidente da AICaju, Carlos Costa, foi eleito, por unanimidade, presidente da Aliança Africana do Caju (ACA), como reconhecimento da sua importância neste sector.

Esta organização continental foi concebida pelo sector privado, contando com o apoio do BIRD, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) e da AFC, tendo os governos como parceiros.

É de frisar, contudo, que a posição assumida por Moçambique deve-se à organização que o País tem, além da experiência que acumulou durante estes anos, em que inclusive chegou a ocupar a categoria de primeiro produtor mundial de caju.

“Actualmente, ocupamos a quarta posição no continente, atrás de países como a Tanzânia e Guiné-Bissau, sendo esta última a primeira mundial em termos de qualidade”, revelou Costa.

Neste momento, a nível nacional, a nossa capacidade de processamento situa-se entre as 20.000 e 25.000 ton. Em termos comparativos, em 1975 o País processava 175.000 ton e exportava 25.000 ton e em 2002 processamos 3.000 ton, contra as 102.000 ton exportadas em bruto.

O nosso interlocutor chamou atenção para o facto de Moçambique estar a dar cursos de formação e transferir conhecimentos para os países membros da ACA e que, se não acompanharmos a dinâmica de desenvolvimento, dentro dos próximos cinco anos poderemos ver a nossa posição deteorada, a favor destes.

Este aponta como uma das soluções para evitarmos este cenário a adopção da tecnologia semi-mecânica cuja instalação custa cerca de USD 150.000, contra os cerca de USD 10.000.000 da tecnologia totalmente mecanizada, além de se começar a usar métodos de certificação com padrões internacionalmente aceites.

Quanto ao método manual, este descarta o seu uso, dado que, com as actuais exigências de qualidade, este método não é aconselhável.

Costa lamenta que não haja uma política clara de renovação de cajuais, uma vez que as organizações que compram e distribuem as mudas não têm controlo efectivo da situação destas, ou seja, onde e com quem estão e, mais agravante, “findo os seus programas fazem relatórios positivos, indicando que disponibilizaram um certo número de mudas, sem que isso signifique, necessariamente, que as mesmas estejam a produzir”.

Apesar disto, este indica que as projecções prevêem que, daqui a cinco anos, a indústria de processamento empregue integralmente 15.000 pessoas e crie renda de cerca de USD 50.000.000.

Para finalizar, quisemos saber deste como é que se explica o ressurgimento da indústria processadora se a exportação em bruto prevalece, ao que nos disse que a produção chega bem para o processamento e exportação, pelo que este não foi, de certeza, o principal causador da falência, na sua óptica, das indústrias processadoras.

**Colaboração*

DESPORTO

No meio da mediocridade do nosso futebol

Dominguez é o mais razoável

— defende Carlos Calado

Por Paulo Mubalo

O antigo jogador da selecção nacional de futebol, Carlos de Oliveira Calado, traça um quadro negro do nosso futebol destacando a fraca estrutura física dos nossos jogadores e a falta de seriedade de alguns dirigentes desportivos.

Considerando-se sério diz não ter malabarismo nem vocação para ser dirigente de qualquer clube onde em muitos casos é necessário a astúcia para se dar volta

a uma situação.

20 anos depois, como vê o futebol moçambicano?

Infelizmente está numa fase crítica e pessoalmente já fiz várias análises, mas não cheguei a nenhuma conclusão. A verdade, sim, é que está a atravessar uma fase crítica. A própria estrutura dos atletas não é nada boa, são jogadores pequenos se bem que os homens não se medem aos palmos, mas, em termos físicos, não são capazes de ombrear com outros de fora.

Não era assim no seu tempo?

De maneira nenhuma, jogamos na época de carapau, de crise, mas apresentávamos um futebol de primeira água, realizávamos grandes jogos, chegámos, no Maxaquene, a jogar em pé de igualdade com o Boavista, embora não seja o de hoje. Jogámos com o Dinamo de Berlim, tri-campeão da extinta RDA, e perdemos apenas por 2-0. A nossa estrutura física não era inferior a deles, havia o falecido Dóver que até tinha um porte físico superior ao de muitos jogadores estrangeiros, mas repare que não nos alimentávamos tão bem naquela altura. A última fase boa do nosso futebol foi na era do Chiquinho, Rui Évora, sem ofensa para ninguém.

Mas ainda há bons jogadores...

A nossa esperança era o Dominguez e, como se viu, não teve enquadramento fora. Admiro muito este jogador, porque, no meio da mediocridade, é o melhor e com um trabalho de musculação ele pode dar altos voos.

Como eram os vossos dirigentes?

Eram muito dedicados e, actualmente, embora existam muitos bons, nem todos estão preparados para dirigir um clube. Os dirigentes enfrentam muitas dificuldades, porque não têm dinheiro.

No Maxaquene há seriedade

Tem sido visto regularmente no Maxaquene. Estará de volta?

Não me sinto em condições de dirigir qualquer que seja o clube no País, porque não tenho capacidade para andar a iludir as pessoas, combinar com elas uma coisa e não cumprir, não teria essa capacidade para dar volta à situação. Sou muito realista para ser dirigente e seria necessário que as coisas funcionassem bem para eu ser dirigente. Não quero dizer que todos os dirigentes não sejam sérios, no Maxaquene há muita seriedade.

Está, então, satisfeito com o seu Maxaquene?

É um Maxaquene com alguns furos a baixo do tempo em que lá joguei, mas tal faz parte da conjuntura do desporto em Moçambique. Veio ao Maxaquene um plantel inferior ao que tínhamos em termos de capacidade no meu tempo. A equipa técnica não está mal entregue ao Chiquinho. Ele foi jogador e tem o 4º nível de treinadores de futebol.

“Gosto de jogar para o público”

O que ganhou então com o futebol?

Ganhei nome e algum prestígio, mas faço muito esforço para manter esse prestígio. Não ando de qualquer maneira, não sou indivíduo das barracas, faço esforço para andar sempre limpo e nem me lembro de ter sido mandado à rua durante o jogo. Nunca precisei de engraxar os treinadores, ganhei titularidade por mérito próprio. Em termos de títulos conquistados fui várias vezes vice-campeão pelo Maxaquene, 3 vezes vencedor da Taça de Moçambique e 4 vezes vencedor da Taça de Honra. Aliás, fui campeão nacional uma vez, mas sabe--me a pouco, porque foi numa altura em que era suplente

Aceita que jogava para o público?

Sentia-me mais motivado quando fazia uma e outra jogada-espectáculo e isso dava-me forças para jogar melhor. Gostava de ser ovacionado. Às vezes, fazia coisas para agradar o público e sentia-me estimulado quando fosse correspondido.

Evitava cair para não se sujar?

Há um pouco de exagero, sempre gostei de me arranjar e esta foi a minha característica. Algumas pessoas diziam que eu não cabeceava por causa do cabelo, mas eu era fraco no jogo aéreo. Diziam que, caso caísse, a seguir limpava-me, mas vejo nisso algum exagero. Sempre defendi a ideia de cada jogo uma bola nova, porque isto dá uma boa imagem ao próprio espectáculo. Até porque na Europa é assim. Defendia que, mesmo nos treinos, os jogadores deviam andar uniformizados. Sempre evitei andar de qualquer maneira

Porquê consumiam bebidas alcoólicas antes do jogo?

Havia alguns casos, mas não era o meu. Às vezes, um trago de Whisky para se poder temperar. São coisas que hoje não se pode fazer.

Quem foi o defesa que lhe criou mais problemas?

Uns mais difíceis que os outros, talvez o César Manjate, do Costa do Sol. Dos guarda-redes é-me difícil dizer.

Muitas antigas estrelas estão no desemprego...

A carreira de um desportista é curta e, muitas vezes, quando termina a pessoa é marginalizada e é daí que vem a frustração. O único remédio é estudar e ter-se uma profissão.

Semedo e Salvado

Quem é, para si, o treinador ideal para os “Mambas”?

Artur Semedo e Arnaldo Salvado são os únicos que têm dado algumas provas, são os melhores da praça. Se a ideia é trazer treinadores de fora não é mau. É só ver o Senegal e os Camarões, são potências africanas e se são treinadas por estrangeiros é porque lhes falta alguma coisa. Se a aposta for em técnicos moçambicanos o importante é que lhes sejam dadas condições.

Há muitos cursos de curta duração. Acha que isso ajuda alguma coisa?

A formação é importante, mas os cursos de curta duração, de 15 dias ou um mês, não são muito produtivos, não nos levam a lado nenhum.

CAN 2010, qual é a sua ideia?

Eu defendo que, em vez de as pessoas se interessarem pela construção de estádios, o que não é mau, primeiro se deviam preocupar em elevar o nível do nosso futebol, porque é importante chegarmos ao CAN com uma boa selecção e melhorarmos lá do que esperarmos pelo CAN para começarmos a pensar em melhorarmos.

BI desportivo

1968: júnior do Benfica
1970: júnior do Benfica de Portugal
1970/73: reserva do Benfica de Portugal
1973/75: Sporting Clube de Timor
1976: Desportivo de Maputo
1978/84: Maxaquene
1984/86: Costa do Sol

O Ordálio

Por Paulo Mubalo

Xadrez: morte anunciada!

Vou começar por contar uma pequena história. Na Grécia antiga, a entronização de um rei era motivo de júbilo. Numa dessas vezes, enquanto muita gente cantava e dançava, uma anciã afastou-se do lugar e, sozinha, desatou a chorar. Quando lhe perguntaram o que se passava, a resposta foi que a sua longa experiência da vida lhe tinha ensinado que quando saísse um rei quem o substituiria era mais déspota que ele. Não quero assumir isto como um dado adquirido, mas vou aos factos.

O antigo presidente da FMX Domingos Langa não escapou, nos anos em que esteve à frente do xadrez, a jargões e epítetos pejorativos de toda a índole. Convenhamos, foi humilhado, vexado e ridicularizado, alegadamente por não ter dado conta do recado. E nisto de criticar eu dou a mão à palmatória.

Em resposta, Langa dizia que algumas pessoas interessadas em o abater e que serviam agendas ocultas teriam sido treinadas para lhe dar um xeque-mate. Retenho algumas dessas passagens quando passado este tempo todo depois que Pedro Chambule tomou conta da federação a modalidade continua moribunda, provavelmente pior que antes.

Exceptuando a escola de xadrez que funciona regularmente, em termos de movimentação desportiva não há nada que mostre que realmente a modalidade esteja a ressurgir dos escombros.

O serviço de internet café, uma das grandes conquistas da actual direcção, já deixou de existir. *Idem* o centro social. O semblante dos poucos trabalhadores que ali prestam serviço é de fome e incerteza. O salário, essa coisa sagrada, vezes há que é pago aos pinguinhos.

O número de associações criadas desde que entrou a nova direcção é quase insignificante.

A euforia que era vivida nos tempos da Drª. Lucinda Cruz está a transformar-se em pesadelo. Das conversas com alguns atlelas, muitos disseram que a modalidade não está a conhecer o ímpeto de crescimento que seria de esperar.

Domingos pode ter tido erros, afinal só não erra quem não trabalha, mas é uma pessoa que, graças à sua

voluntariedade, conseguia trazer alguns patrocinadores para apoiar esta ou aquela iniciativa.

Não estou aqui interessado em ressuscitar velhos fantasmas, mas a situação da FMX é suficientemente inquietante para merecer uma reflexão. Li o manifesto de Chambule antes e faço-o agora e vejo que muitas das boas ideias que tinha não estão a ser capitalizadas. Será por falta de fundos?

Como explicar que uma instituição que precise de dinheiro entenda fechar o internet café ou o centro social? E sabe-se que no campeonato africano da modalidade realizado em Dezembro do ano passado, Moçambique fez-se representar por Ivan Andrade, um campeão inquestionável, sendo que, para o segundo, o Viajeiro, a federação não tinha dinheiro. Como chegou à Zâmbia não sei, o certo é que a federação eximiu-se das suas responsabilidades.

Estranham alguns atletas o facto de o próprio presidente ter substituído o lugar daquele no sentido de ter ido não como dirigente, mas, sim, como atleta. Pelo menos competiu... e não estou a ver um Arão Nhancale a substituir um atleta no africano de ténis para elucidar.

Está a ficar frequente alguém subir à custa do enxovalhar o outro para, alcançado o objectivo, esquecer-se das suas promessas. Eu faria como o Dr. Mussagy Jeichande, renunciar do cargo!

PS: Recebi e li com interesse a carta de um leitor em reacção ao meu artigo publicado na edição de 24/2/2006 deste jornal com o título: A ousadia da Liga. Confesso que a reflexão que faz é interessante, mas porque vem em anonimato não podemos publicá-la. De qualquer das formas, agradeço a sua contribuição. Estou aberto a mais contribuições.

Apesar do empate do Ferroviário frente ao Asante

Nada está perdido

Por Alfredo Langa (texto) e N. Ussene (fotos)

O Ferroviário de Maputo perdeu uma bela oportunidade para obter um resultado que lhe poderia dar maior esperança para encarar a partida da segunda mão dos dezasseis-avos de acesso à liga dos campeões com tranquilidade, ao empatar, em casa, diante do Asante Kotoko do Gana sem abertura de contagem.

No jogo do último domingo, a turma moçambicana tomou conta, por largo período, das iniciativas atacantes, chegando, inclusive, a ter um ligeiro ascendente, mas foi em vão, porque ficou demonstrada a falta de confiança dos seus jogadores nos momentos de remate. Muitas foram as vezes que, mesmo em situação privilegiada para chutarem à baliza, os seus jogadores perdiam a posse da bola de forma trivial.

E o técnico E.K. Afrani, da equipa ganesa, já diz claramente que a eliminatória está ganha. O que também é defendido por Artur Semedo. Jogada psicológica? O tempo é que o dirá.

Mas, independentemente do resultado que foi enganador, não deixou de ser surpreendente o facto de metade das bancadas terem estado às moscas. E, para penalizar os meninos do Soweto, esses só tiveram acesso à entrada muito depois do jogo começar. O que não deixa de ser mau.

Mas o calor abrasador que se fazia sentir poderá, em parte, ter ditado a fraca presença do público. E, para não variar, os espectadores, sobretudo os que trajavam à locomotiva, não passaram de meros espectadores, pois, provavelmente, num manifesto espírito derrotista, cedo se convenceram que o adversário tarde ou cedo acabaria por marcar. O que esteve longe de acontecer.

Enquanto o jogo decorria, nas bancadas, assistia-se a um verdadeiro espectáculo dos poucos adeptos da equipa ganesa, os quais não se cansavam de gritar, ante o olhar apagado dos nossos que faziam com que em nossa própria casa mandassem eles. Há um facto incontroverso: eles viveram intensamente o jogo, sendo que alguns princípios de boa conduta foram quebrados: os seus jornalistas não precisavam de seguir a escada para atingirem o relvado. Para lá da gritaria dos seus locutores à medida que a sua equipa ensaiava qualquer jogada.

Sendo que não existe uniformização na maneira como se escreve o nome do adversário do Ferroviário, o nome Ashante, passe a repetição, tal como os Nuer do Sudão, refere-se a uma espécie de uma tribo com características *sui generis* e *modus vivendi* peculiar, onde a tradição ou a magia é um dado adquirido. Felizmente não vimos nenhuma agulha mágica, mas custou-nos entender o facto de, terminada a primeira parte, os ganeses se terem recusado a se dirigirem aos balneários.

Tal como nós, os repórteres fotográficos, que teimosamente esperavam impacientemente pelo golo do Ferroviário do que da equipa visitante, tiveram que se conformar com o nulo. São contingências do desporto.

E porque o resto já foi retratado na imprensa, esperamos que o nosso Ferroviário passe em frente na prova.

Moçambola

Entretanto, neste fim-de- -semana, vai rodar a 3ª jornada do Moçambola com partidas prometedoras.

Assim, o campeão nacional, o Ferroviário de Maputo, receberá o Estrela Vermelha; o Maxaquene, de Chiquinho Conde, medirá forças com o Benfica de Quelimane em partidas agendadas para sábado.

Já no domingo, o Chingale de Tete defrontará o Ferroviário da Beira; o Ferroviário de Nampula jogará diante da Académica e o Desportivo de Maputo terá por adversário o Costa do Sol. Este é, certamente, o jogo mais aguardado da jornada. Finalmente, o Têxtil do Púnguê vai defrontar no seu reduto a formação do Sporting de Nampula. Como se pode depreender, são partidas susceptíveis de trazer alterações na tabela classificativa.

Copa do Mundo 2006

A festa dos gigantes

A temperatura aumenta a cada dia, minuto ou segundo que passa. Dia 9 de Junho é o dia mais esperado dos amantes do futebol, é a febre da Copa que, certamente, vai se espalhar por todo o globo. A abertura será em Munique e a final em Berlim.

São quatro semanas de futebol, totalizando 64 partidas. E, como é previsível, as 32 selecções apuradas vão espalhar o “charme” da bola. Jogadores como Ronaldinho, Ronaldo, Figo, Beckham, Drogba, Balack, Van Nistelrooy, entre outros, mostrarão o seu real valor. A meta é levantar o troféu da Copa do mundo.

Os patrocinadores da copa

A competição dos gigantes, a Copa do Mundo, não é só um evento desportivo, mas é, também, económico. Quinze *global player*, como parceiros oficiais da Copa do Mundo, buscam popularidade e participação no mercado três firmas alemãs nomeadamente, Adidas, Continental e Deutsche Telekom, e outros patrocinadores nacionais, como a Energia Bade-Wurttemberg, a cadeia de artigos de Bricolagem Obi, a seguradora Hamburg- Mannheimer, o Banco Postbank. e a Lotaria Oddset.

O slogan do certame

A Alemanha, como anfitriã, está ansiosa pelo início da Copa do Mundo, pois ela quer se apresentar como um país universal, amável, atraente e inovador, demonstrando isto no *Slogan* da Copa “o mundo entre amigos”. Esta mensagem estará dando as boas-vindas aos visitantes em 55 postos de fronteira das auto-estradas e em 69 lugares ao longo da rede de auto-estradas na Alemanha.

O objecto cobiçado

O mais cobiçado troféu desportivo do mundo, a taça da Copa do Mundo, tem 36 centímetros de altura, pesa 4970 gramas e é feito de ouro sólido de 18 quilates. A sua base contém duas coroas de malaquita semipreciosa e tem lugar para 17 inscrições com nomes dos campeões. Ela foi criada pelo escultor italiano Silvio Gazzaniga, no começo dos anos setenta, após os brasileiros se terem tornado tricampeões (1958, 1962 e 1970), conquistando a posse definitiva da “antecessora” Taça Jules Rimet.

Franz Beckenbauer foi o primeiro capitão a segurar a nova taça depois que a selecção alemã conquistou o título em 1974. Hoje, ela continuará pertencendo à FIFA, mesmo depois de três vitórias mundiais de alguma selecção.

(compilação)

24 DIVERSOS

Polícia agride jovem que confunde com ladrão

— *Ministério do Interior está a investigar o caso*

— *Advogado do agredido não comenta*

Por Maura Quatorze

O caso serve de exemplo. Não é mais um número na estatística, mas um exemplo concreto de violência policial. Um cidadão moçambicano alega ter sido agredido de forma violenta por agentes policiais; esteve preso durante alguns dias por ter sido confundido com um ladrão quando tentava imobilizar um assaltante que pretendia roubar o seu carro, conta.

João* foi agredido repetidas vezes e em várias partes do corpo, embora com maior violência nas pernas e nádegas; o seu crime foi ter sido confundido com um ladrão de automóveis. Apesar de aceitar expor o seu caso, João pede para não ser identificado, pois teme sofrer represálias.

O próprio vice-ministro do Interior, José Mandra, assegurou, entretanto, que o procedimento da Polícia seria investigado e que, se fosse apurada a veracidade das acusações contra os agentes envolvidos, seriam tomadas

medidas correctivas adequadas.

Ao SAVANA, o porta-voz do Ministério do Interior (MINT), Ilídio Miguel, garantiu que as investigações iniciaram assim que a instituição tomou conhecimento do caso, só conhecido publicamente na última segunda-feira, através da televisão. Ilídio Miguel reiterou que o MINT não concorda com as acusações de que a Polícia da República de Moçambique (PRM) é uma instituição violenta, como refere um relatório recente do Governo norte-americano sobre a situação dos direitos humanos no mundo.

Foi no passado dia 12, pouco depois da meia-noite, que o pesadelo de João começou: tendo percebido que alguém tentava roubar o seu carro, estacionado à entrada do prédio onde vive, no bairro Malhangalene, Maputo, João resolveu descer à rua e afugentar o ladrão. Nas mãos levava uma arma de brinquedo, com balas de borracha, para assustar o ladrão, explicou ao SAVANA.

Quando decide seguir o ladrão que, entretanto, se afastava do carro, surgem dois agentes da Brigada Anti-Crime da PRM. O assaltante, conta João, aproveitou-se do seu nervosismo (por, ainda que fosse de plástico, estar na posse de uma arma) para “virar o jogo” e declarar-se ele vítima de assalto, acusando João. “De repente”, conta o agredido, “o ladrão transformou-se no ofendido e o verdadeiro ofendido passou a ser o bandido. Eu fui tratado como um bandido qualquer, sem casa, sem trabalho, sem identificação”.

“A Polícia começou logo a agredir-me, sem me deixar explicar o que estava a passar-se, que aquele era o meu carro, que a minha casa também era ali...nada! Bateram-me e agarraram também um amigo que estava comigo em casa e entretendo desceu para ver o que me tinha acontecido”, disse João ao SAVANA.

Pouco depois, aparece uma carrinha da PRM no local e leva os dois amigos suspeitos de assalto para o Comando policial da cidade de Maputo. E nem os apelos dos moradores da zona de João, que tentaram explicar aos agentes policiais que se tratava de um equívoco pois eram pessoas conhecidas, que não eram ladrões, demoveram os agentes da sua já decidida sentença acerca do caso.

As agressões físicas começaram na carrinha que transportou os amigos para o Comando – “com os canos das armas”, conta João —, continuando nas incursões que fizeram por duas esquadras da cidade de Maputo entre a madrugada do dia 13 e o dia 15 (uma delas do Hospital). Numa das esquadras por onde passaram naquela madrugada, foi-lhes recusada entrada pelo responsável de turno depois de este ter visto o estado físico em que se encontravam os jovens, supostamente por temer que “nós esticássimos ali mesmo na esquadra”, nas palavras de João.

Vigiados no hospital

João e o amigo acabaram por ser levados para o Hospital Central de Maputo, onde fizeram alguns exames médicos e foram observados, “sempre vigiados por três agentes da Polícia, como se fôssemos dois delinquentes do pior”, continua João.

Depois de seguirem os procedimentos policiais devidos, nomeadamente para prestarem declarações como suspeitos de assalto à mão armada na Polícia de Investigação Criminal, e de estarem detidos no Comando e numa esquadra de Maputo, foram levados para a BO, onde, segundo João, “acabaram os maus tratos da Polícia”.

De quarta, dia 15, a sexta-feira, dia 17, João e o seu amigo estiveram detidos naquela cadeia situada em Boane, onde estão presos alguns dos mais perigosos criminosos. Foram libertos provisoriamente e mediante termo de identidade e residência.

“Tenho medo”

O advogado de João, o conceituado jurista Abdul Gani, contactado pelo SAVANA para avançar mais informações acerca do caso, alega estar impedido, por lei, de prestar declarações sobre o caso, uma vez ser o advogado de defesa de um dos envolvidos, não querendo sequer avançar se será aberto um processo contra Polícia.

Quanto a João, supostamente agredido pela Polícia por ter sido confundido com um assaltante, este diz que “nunca mais quer voltar a ter contacto com a Polícia, se puder evitar”.

“Eu fiquei traumatizado. E tenho medo da Polícia. A agressão que sofri e o que vi quando estive detido fazem com que tenha muito medo que façam uma coisa pior, como vingança. Eu tenho uma mulher grávida e um filho pequeno... não quero correr riscos”, disse João em entrevista ao SAVANA.

Além das agressões de que este jovem foi, supostamente, vítima, este cidadão, que se diz inocente, esteve detido em celas com alguns cadastrados conhecidos da Polícia, criminosos condenados por homicídio, entre outros, vivendo em condições de higiene precárias, tratado como um perigoso assaltante, por ter tentado proteger o seu próprio automóvel.

** Trata-se de um nome falso, para proteger a integridade da vítima*

CULTURAL

Made in Mozambique visto por Nando Macamo

“Não tenho feeling para o rap”

— afirma o baixista, que lança no dia 31 o seu primeiro álbum a solo

Por Armando Nenane

O baixista Nando Macamo lança, no próximo dia 31, o seu primeiro álbum a solo. Intitulado *Meu Sonho*, o álbum foi produzido pela Mpundzu e gravado no estúdio da Rádio Moçambique, contando com a participação de uma vasta nata de músicos. Uma entrevista com o músico, estritamente elaborada para efeitos da promoção do evento, enquadra-se também nas abordagens que temos levantado nestas páginas a-propósito dos produtos culturais *Made in Mozambique*, que tem a ver com o produzir, consumir e exportar moçambicano, como sói dizer. Aqui, Nando Macamo refere a dado passo: “Não tenho feeling para o rap”.

Para Nando Macamo, o músico tem que ouvir todo tipo de música e não se limitar dado que as músicas provêm de outras músicas. Em Moçambique, acrescenta o baixista, são poucos os músicos que têm escola, mas muitos têm técnica, por isso que se devem inspirar a partir de todos os estilos e das músicas dos vários grupos étnicos.

Pode haver um reggae moçambicano

No habitual retrato a-propósito da música *Made in Mozambique*, que tem sido mote de várias entrevistas nestas páginas na sequência de um desafio lançado pelas autoridades governamentais, Macamo refere que o público tem que consumir o nosso produto moçambicano tal como acontece na África do Sul onde se consome quase que exclusivamente o produto sul-africano.

Instado a pronunciar-se sobre se estilos provenientes de fora como o rap e o reggae podiam ser considerados produtos nacionais, o entrevistado não foi parco em exemplos, ao referir que o rei do reggae foi Bob Marley, mas na África do Sul Lucky Dube toca um reggae sul-africano.

“Pode haver um reggae moçambicano também, embora sempre com qualquer tempero nacional, vindo do muthimba ou da marrabenta, por exemplo”, ajuntou.

Nando Macamo nota muito desenvolvimento na música popular, enquanto que, para ele, os que tocam o jazz ficam a repetir as mesmas coisas.

Para ele, muitos jazzistas dizem que só tocam jazz, que não sabem tocar marrabenta. Mas, acrescenta, as linhas musicais não têm nada a ver com “nível” ou “estatuto” de cada tipo de execução: “O músico tem que entrar em todas as músicas. E o jazzista que diz que não sabe tocar a música de Xidiminguana, de repente sabe tocar Michael Jackson”, sugere ele.

Cita Nanando como um exemplo de alguém que investiga os ritmos nacionais. Os *Timbila Muzimba* também têm trabalhado nos ritmos, numa fusão, só que uma banda daquelas devia ter melhores condições para trabalhar. “Foi bom ver a colaboração recente da banda com o Stewart”, salienta.

No ano passado, lembra o baixista, a Reinalda fez uma canção popular bem trabalhada, uma marrabenta “modernizada” que toda a gente conhece, com o apoio do Stélio, Sacre, Jimmy e Texito. O mesmo elenco trabalhou com a Xixel, num outro trabalho que Macamo descreve como tendo sido interessante.

Há novos estilos, mas... faltam nomes!

Numa abordagem a-propósito da exportação dos sons feitos em Moçambique, Macamo refere que para tal é necessário que seja feito muito trabalho ao nível dos ritmos nacionais, tal como têm feito os monstros musicais da África Ocidental, casos de Salif Kheitha, Youssou Ndour ou Ismael Lo.

Lembra que, no passado, grupos com um som nacional andavam sempre em digressão pela Europa, citando casos da Orquestra Marrabenta, Ghorwane, Chico António, Zé Guimarães, a Mingas, ou agora o Djaka, o Kapa-Dêch. “Se eu tocar uma ragga que não é minha, onde é que vou ter sucesso no exterior?”, indaga-se, pensativo, o entrevistado.

Muitos músicos têm optado por seguir linhas comerciais, deixando para trás a sua verdadeira arte que tem a ver com o tocar aquilo que vem da alma e do espírito. Macamo tem sido um crítico ferrenho desse tipo de atitude. No seu caso, chegou mesmo a ser aconselhado a procurar outras editoras, dizendo-se que a sua música não tinha mercado justamente porque não era comercial. Para ele, esse nunca foi um balde de água fria porque sempre teve consciência de que qualquer música para poder ir ao mercado tem que ser promovida. “Em que base é que dizem que não tem mercado? Se uma música não é promovida, como é que vai encontrar o seu público? Eles disseram-me para entrar na música comercial, nas passadas, raps, etc.. Mas eu não tenho *feeling* para o rap”, assevera o artista, recordando que começou a ver que tenha o seu próprio trabalho, o qual precisava de fazê-lo chegar ao público, “mesmo que não dê dinheiro”.

Essa é a história de Macamo, cujo potencial do seu trabalho veio a ser detectado pela Mpundzu.

Pode até para muitos parecer que, em termos de inovação da música, os músicos tenham parado no tempo, que tenham deixado de criar estilos desde que criaram a marrabenta, por exemplo, passando para a mera imitação de estilos alheios, como o kuduro, o rap, entre outros, mas Macamo desdramatiza a questão ao afirmar categoricamente que “estão a aparecer novos estilos”.

O Nanando, elucida Macamo, estudou vários ritmos e criou uma coisa só dele – só falta dar o nome a este estilo. “Esta coisa que ele fez é muito importante para todos nós. Devemos trabalhar seriamente para melhorar as coisas, buscando as gravações e as músicas tradicionais e as outras fontes que precisamos. Nisto temos que ter a nossa própria iniciativa e não esperar que alguém monte um acervo de gravações para nós”.

APONTAMENTO

Artes na universidade

Fany Mpfumo nunca andou num curso superior de música. Jimmy Hendrix também não. E muitos outros nomes que se tornaram famosos na música também não. São muitos os que por essas razões poderão questionar a necessidade da abertura de um curso superior de música em Moçambique. Malangatana e Van Gogh nunca foram a uma universidade cursar artes plásticas. Muitos artistas plásticos também não. Mas nem por isso deixaram de se tornar célebres tanto na música como nas artes plásticas. Mesmos nas várias outras formas de manifestação artística, muitos que se tornaram célebres não foram à universidade. Por aí, muitos poderão questionar a razão de se criar uma escola superior de artes num país como o nosso. Como que a concordar com os inquisidores, o artista plástico Paul Gauguin, 1849-1903, dizia que para se criticar um livro era necessário ter-se inteligência e instrução, mas para se criticar a pintura e a música, seria necessário ter-se algo mais que o conhecimento artístico, ter-se sensações especiais originadas pela natureza: numa palavra, dizia Gauguin, *deve ter-se nascido artista e embora muitos sintam o apelo, poucos são os eleitos*. Nascer-se artista será que dá razões para não se ir à universidade? É assim: quem vai à universidade não há dúvidas que para lá vai à fonte do conhecimento universal para além de que a universidade nunca fez mal a ninguém. Existem muitos músicos geniais que nunca foram à universidade como antes me referi. Mas será que as metas que eles almejavam alcançar tinham a necessidade de se ir à universidade? Universidade parece vir da palavra universal. Mais para sustentar a ideia de conhecimento universal. Tudo bem. No campo das artes literárias, o poeta José Craveirinha, que nunca frequentou qualquer curso superior, foi feito *doutor honoris causa* pela Universidade Eduardo Mondlane justamente por se compreender que aquele autor de *Karingana Ua Karingana* tinha irrefutável nível de conhecimento universal o qual, indubitavelmente, aplicava na sua poesia sem nunca ter frequentado universidade. Foi como se se dissesse que Craveirinha, simplesmente, era um génio. Será que, não tendo ido à universidade, Craveirinha alcançou metas correspondentes às suas potencialidades? Moçambique não é nenhuma ilha alheia ao resto e na qual tudo começa e acaba em si. Faz parte de um universo. Estamos numa altura em que os nossos dinamizadores das artes devem ter conhecimento universal. Terem conhecimento científico daquilo que fazem como arte. Daí que o curso superior de música não seja meramente cosmético como algumas pessoas insistem em dizer por aí. De modo que estudar numa faculdade de música, penso eu, não é nenhum sinónimo de boa vida durante o período universitário como muitos podem pensar. As aulas, certamente, devem incluir história da arte, teoria, harmonia, percepção e muito mais. Muitas pessoas – mesmo as que nunca pensaram em um dia prestarem exames para uma faculdade de música – têm dúvidas sobre o que realmente representa um curso desses. De nível académico. Nas conversas que tenho/tive com alguns concorrentes ao curso, fiquei com a ideia de que uma grande maioria acha que vai ficar tocando as músicas que mais gosta durante o dia inteiro. Divertindo-se a valer. Na verdade, isso é o que menos deve acontecer num curso de música ou de outras artes. Pode parecer meio frustrante ouvir isso, mas a intenção é deixar bem claro que nesse tipo de faculdades não se fica tocando um instrumento durante quatro ou cinco anos seguidos e no final ainda ganhar-se um diploma de curso superior. Muito bom seria se tivesse que ser assim. Mas a realidade deve ser outra. Quem tem vontade de seguir uma carreira académica deve reflectir bastante sobre o que espera do curso. Um curso superior de música abre inúmeras portas e põe o estudante em contacto com matérias que somente essa situação poderia oferecer. Além disso, ainda pode-se dar continuidade aos estudos, fazendo um mestrado ou uma pós-graduação, o que só se consegue com um diploma universitário. Durante o curso, acredito, os estudantes terão aulas de história das artes, evolução da música, estética musical, rítmica, harmonia, percepção musical, além de uma série de disciplinas específicas relacionadas a cada habilitação. Abram-se alas. E deixem passar a Escola de Comunicação e Artes!

Num evento de moda com estilistas nacionais

CHEZ RANGEL promove moçambicanidade

Por Alfredo Langa

Em parceria com o Centro Cultural Franco Moçambicano (CCFM), o Chez Rangel Jazz Café realiza, entre os próximos dias 30 e 31, na Gare dos Caminhos de Ferro Moçambique, em Maputo, a primeira exibição do evento Moda Maputo, apresentando trajes nacionais criados por estilistas moçambicanos.

No evento, cuja realização conta igualmente com a participação de entidades públicas e privadas, serão apresentados decotes desenhados por estilistas pertencentes à Moda Xai-Xai e a Sakina M'so – isto no dia 30.

No dia seguinte, sexta-feira, no mesmo espaço, desfilarão estilistas sob o tema 10 estilistas numa cidade, sob a direcção de Yolana Thomas, do Projecto Maciene.

Numa conferência de imprensa, esta terça-feira, ficámos a saber dos organizadores que aquele evento deverá passar a ser realizado anualmente com o objectivo de divulgar e comercializar a moda moçambicana.

Em busca de um design nacional

Sakina M'so, uma das estilistas que participam no evento, referiu que os moçambicanos têm a sua própria forma de se vestir, defendendo que é a partir desses modelos que se deve começar a investir para a criação de cada vez mais modelos que sugiram a moçambicanidade.

Entre outros, os estilistas pretendem alcançar um intercâmbio comercial, turístico e cultural a partir do evento ora a ser realizado e visa também a concepção de um *design* criativo para a busca de novos mercados e de novas experiências no domínio do *design* nacional.

Durante os dois dias do desfile, os estilistas terão a oportunidade de proceder a comercialização dos seus modelos de roupas, não sendo, por isso, uma passagem de moda como as habituais. É, segundo a organização, uma oportunidade para os cerca de dois mil espectadores que se prevê tomem parte do evento poderem participar numa feira de moda com direito de comprar os artigos.

Assim, a moda constitui outra das apostas do espaço Chez Rangel, para além de promover eventos de música jazz.

Descrito como devendo transformar-se num evento anual obrigatório, Moda Maputo é realizado sob chancela do projecto Orgulhosamente Moçambicano, conceito patenteado pelo Ministério da Indústria e Comércio.

CRONICA

A pergunta e o povo

Por Luís Carlos Patraquim*

Depois do distúrbio e das guerras, o que faz correr o povo? *“O povo corre para dentro de si, traçando no chão o círculo da sua identidade”* - diz o velho, sentado à sombra da grande árvore.

Ele sabe uma quantidade enorme de estórias.

O povo nunca está parado, sempre a correr como a grácil gazela ou como a chita rápida e voraz?

“Não. O povo dança por dentro do tempo” - diz o velho, tossindo, depois da baforada no cachimbo.

Ele parece não se incomodar com as perguntas... E porquê que há povo?

“Essa pergunta não se faz ao povo” - diz o velho, rindo.

E levanta-se, espreguiçando indiferença. Ele sabe uma quantidade enorme de estórias. Quando as mulheres vêm do rio, com a lata de água à cabeça, põem folhas na superfície ondulante. Se não, a água cai. Cai mesmo?

“A água cai e vai escorrer pelo rosto, humedecer-lhes os seios, pôr gotas brilhantes nos braços. E isso não pode ser. As mulheres devem trazer o seu corpo. Não podem logo ser água.”

O velho voltou a sentar-se. Está cheio de paciência, este velho, olhando as perguntas, dando baforadas no cachimbo de pau-rosa. Tem os pés gretados, sobre as sandálias, que andaram muito e é por isso que ele sabe uma quantidade enorme de estórias.

Mas porque está sózinho o velho, sentado assim, com fumo e paciência, sob a árvore grande?

“O velho está sempre sózinho. O povo está sempre sózinho” - responde ele e nem suspira fundo, nem voz muito grave, nem nada.

O povo tem que ser sempre misterioso?

“O mistério do povo é ele existir.”

E estar sentado sob a árvore grande?

“Não!...”

Ele quase se zanga, este velho sentado. O povo está a espera?

“Deus do dia e da noite; Espírito que habitas o tronco da árvore e voas entre a raiz e a cabeleira de folhas; tu que viste o vento de sangue como um rio com o povo dentro e incendiar-se o lago e o grito das mulheres de repente secas, diz-me de onde vêm estas perguntas?” - inquieta-se o velho.

“Pergunta, estou com sede. Traz-me aquele vaso, o de boca larga, ali!”

Ele debruça-se sobre a água, sófrego, as mãos em concha para beber.

“Não pares de dançar, ó tecido líquido, senão eu regresso da minha cegueira e não quero mais ver a memória. Ela está lá onde pus silêncio e agora digo outras palavras.” Suspira.

“Esta pergunta parece uma hiena, gargalhante.”

O velho levanta-se e começa a andar à volta da árvore. Há uma enorme quantidade de estórias ao redor do tronco: uma pele de leopardo, o ventre prenhe de uma mulher, máscaras e tambores, uma lança manchada de sangue, uma escultura queimada, uma cruz, um cofió, um livro e uma kalasch, panos esfiapados, uma bandeira.

“Esta pergunta é um espírito que me cercou das minhas coisas à volta.” - diz o velho, mais calmo. E senta-se.

“Eu sou estas coisas. E agora já posso voltar a ver. O que taceei do círculo e da árvore, o que soluzei de sangue e fiz no lago escuro jorrando meu leite espesso, a máscara de meus rituais e medos, o uivo com que esventrei homens, matando-me, o ciclo da chuva e a palavra antiga, tudo sou eu. Pergunta, eu te mando que te

sentas a meu lado! Não vês a noite aproximando-se como uma mulher diante de ti ajoelhada, seus feitiços de ventre, sua linguagem de água?”

Como posso descansar com a noite se ainda ontem canoei pelo rio dos mortos e afugentei os bichos para chegar aqui?

“Como é que sabias que eu estava sentado sob esta árvore?”.

Disseram-me que no fim do planalto havia uma árvore e que onde há uma árvore há um homem sentado, à espera. Disseram-me que esse homem tinha muitas perguntas para mim.

As gargalhadas do velho atravessam o escuro.

“Só isso?”.

Não sei como te responder. Te digo só que atravessei os séculos e parei em muitos lugares, com suas vozes, seu tempo que nascia e morria ou se acrescentava ao que as vozes iam dizendo e era sempre outras coisas ou uma coisa só e que acabava sempre numa pergunta.

“Essa pergunta era o povo?”.

Te pergunto eu a ti. Ouvi coros pressagiando o caos mas que depois desceria uma ordem, um princípio original. Perturbou-me, uma vez, uma canção infantil. Procurei nas bibliotecas, nas muitas estórias que estão sentadas sobre a cabeça dos velhos como tu. De outra vez, atravessando-se ao caminho, alguém me falou num labirinto e num círculo. Quando lhe pedi que os desenhasse no chão porque eu precisava de ver , a figura ou voz de que não posso já nem precisar os contornos ou o timbre, esvaneceu-se e só guardo a memória de não saber o que vi ou ouvi. Quando já desesperava, soube que tu existias.

“No fim do planalto um homem sentado sob uma árvore?”

Sim.

“Só isso?”

Sim... E que ele sabia uma enorme quantidade de estórias.

“E que estórias querias tu saber?”

Essa pergunta-me deixa-me confuso.

“Lembras-te de que te disse para te sentares a meu lado e não fiques aí à minha frente? Aceita o meu convite”

Assim ficamos os dois a ver a mesma coisa! O velho ri-se às gargalhadas outra vez.

“Porque é que não escreveste ‘mais outra vez’? Era como se tirasses uma espécie de fotografia. Ficavas mais cúmplice...”

Não compreendo a tua pergunta.

“Depois do distúrbio e das guerras, o que faz correr o povo?” - observou o velho.

O povo corre para dentro de si, traçando o círculo da sua identidade.

“O povo nunca está parado, sempre a correr como a grácil gazela ou como a chita, rápida e voraz?”

Não. O povo dança por dentro do tempo.

“E porquê que há povo?”

Essa pergunta não se faz ao povo. E porque é que interpuseste uma vírgula quando falaste da chita?

“Rápida e voraz?”

Sim.

“Porque estamos os dois sentados e nos vemos um ao outro. E porque essa vírgula faz parte, agora, da minha sabedoria”

Como uma respiração no tempo.

**In Poetas de Moçambique, Portal da TV Cabo*

Agenda Cultural

Curta metragem no Camões

O Instituto Cultural Português, conhecido também por Instituto Camões, leva a cabo um programa de exibição de documentários e filmes de curta metragem realizados nos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

Esta terça-feira estreou o filme Zona J do realizador Leonel Viera. Na próxima terça-feira, o ICP vai exibir o filme *Tentação*, de Joaquim Leitão, um filme de origem portuguesa, contando com actores conhecidos do cinema português como Diogo Infante e Cristina Câmara.

Rock in Rio

O Banco Internacional de Moçambique – BIM, em parceria com as Linhas Aéreas de Moçambique – LAM, promove, de 22 de Março a 25 de Abril próximo, um concurso denominado Com Flamingo, eu vou ao *Rock In Rio*.

O festival *Rock Rio* – Lisboa é considerado um dos maiores eventos de música e entretenimento do

mundo. O último Rock In Rio Lisboa, realizado em 2004, registou uma afluência de cerca de 385 mil pessoas.

O elenco do festival contará com a presença de Shakira, Guns N'Roses, Sting, Anastácia, Da Weasel, Xutos e Pontapés, Jota Quest, Rui Veloso, Carlos Santana, Ivete Sangalo, Red Hot Chili Peppers, Roger Waters, co-fundador dos Pink Floyd, entre outros.

Numa nota enviada à nossa redacção, lê-se que se habilitam ao sorteio aquelas pessoas que aderirem ao cartão de crédito Flamingo Visa ou efectuarem, no mínimo, duas transacções durante o período da promoção. Para além dos bilhetes do festival, os concorrentes habilitam-se a ganhar as respectivas passagens e alojamento durante o festival

ULTIMA

A hora do fecho

- * Não se sabe se é por causa do dinheiro mal parado dos suecos na Administração Estatal, mas o ministro continua a mexer na sua casa. Espera-se para breve uma nova cara UTRESP, o sector que lida com a reforma do sector público. Adelino Cruz já era.
- * Em menos de seis meses, a AIM, a agência noticiosa governamental, mandou dois correspondentes a Lisboa acompanhar o Chefe de Estado. É de estranhar tal despesismo quando tal instituição tem correspondente pago na capital portuguesa. Mais um caso de filhos e enteados.
- * Com tanta frequência de pequenos abalos sísmicos anda uma tendência em Maputo para abandonar prédios altos. Será que é desta que também há abalo nos preços das rendas de casa nos ditos prédios?
- * A direcção do grande rio que não pactua com a corrupção decidiu entregar a “magumba” à Polícia, mas a reportagem que esteve na origem da extorsão da mola não aparece nas suas páginas...
- * Um reputado jornalista da estação televisiva “estamos todos aqui”, cansado do barulho proveniente de uma barraca defronte da sua residência, decide fechar o negócio com o dono desta. Compra a barraca por uma boa mola e mantém-na encerrada.
- * Esta semana o superior de combate à SIDA reuniu-se com a *media* para analisar os passos da parceria. Que vai bem todo o mundo sabe, mas que há órgãos de informação que já começam a manchar a parceria com nódoas isso ninguém quer ver. Como é que um jornal ali da esquina da vírgula foi capaz de fingir que enviou repórteres ao terreno quando na verdade pediu para que uma organização lá da zona Norte lhe enviasse a sua história por *e-mail*?
- * Uma das grandes reportagens sobre a doença do HIV/SIDA publicada num desses jornais que atraçoam o superior de combate a doença aparece assinada RFS. Ironia da coincidência ou não, a verdade é que o tal jornal foi galardoado na reunião com o superior de combate à SIDA!
- * Ao invés de melhorar as vias que mais parecem estradas em buracos do que buracos em estradas, o elenco chefiado por Eneas Comiche optou por exacerbar os sinais de trânsito, obrigando os motoristas a fazerem mil e uma curvas para chegarem à casa do vizinho no quarteirão ao lado. Diz-se que os sinais são para esconder os buracos que já não dão para dois sentidos!
- * É o próprio Comiche que anda a cortar as acácias da 24 de Julho ao mesmo tempo que pavimenta o passeio intermediário. Diz que são árvores velhas e adverte que as novas, que não irá trazer da África Sul como as palmeiras do tempo de Canana, só darão sombra daqui a dez anos!
- * Mito Mungambe quer arrumar briga com todo o mundo. Depois de ter andado aos palavreados com o músico MC Roger, ao fazer-se passar por Mito Roger, eis pois que agora resolve fazer-se passar por Animalzinho, simulando fuga na cela de máxima segurança do comando da cidade. Oxalá que o jornal dos nove fora também saiba defendê-lo do mecânico já que o galáctico MC prometeu e não cumpriu!
- * Na capa do rio, pode parecer que a paz retorna entre o mais mediático e mais bem casado causídico da jurisprudência nacional e o grande rio. Mas não: o causídico diz, como sempre, que não fala nem para o mais farejador dos cães do grande rio, numa outra grande parangona!
- * Nas teias da ganância, da mais alta das ambições, que nem o mais recente verde da sorte é capaz de saciar, tem sido possível envolver filhos menores, mais os empregados, nos esquemas do crime, na máfia dos imóveis habitacionais. Hoje é um risco ter-se uma mãe governante e um pai causídico!

Em voz baixa

- * Com o adiamento do debate sobre o Provedor de Justiça na AR, fica uma vez mais adiada a chegada à ribalta de um proeminente jurista da praça. E como já é a segunda caminhada, é caso para dizer que à terceira será de vez!

A medida é temporária

Helena Taipo fecha duas empresas chinesas

...e avisa outras tantas sobre alegados maus comportamentos

A ministra do Trabalho, Maria Helena Taipo, mandou encerrar, no último sábado, duas empresas do ramo comercial pertencentes a cidadãos chineses. Trata-se das firmas Monte de Ouro e Irmãos-Comércio Kodak, sedeadas na cidade de Quelimane, capital da província de Cabo Delgado.

Segundo fonte do Ministério do Trabalho (MITRAB), as duas companhias foram fechadas por alegados atropelos à lei laboral em vigor em Moçambique, assim como violação dos direitos humanos. A mesma fonte sublinha que estes pontapés à legislação moçambicana aconteciam de forma sistemática.

E acrescenta que o patronato do Monte de Ouro, que exerce actividade comercial geral a retalho de diversos produtos, agredia fisicamente e insultava sistematicamente os trabalhadores moçambicanos.

“O estabelecimento não possuía casas de banho em funcionamento e, no seu lugar, os seus patrões faziam as suas necessidades biológicas em sacos plásticos, cujos dejectos eram transportados para a lixeira em cada final da jornada laboral”, sublinha um comunicado do MITRAB enviado à nossa Redacção.

De acordo com a mesma fonte, outra infracção cometida pela entidade patronal do estabelecimento em causa consistia em despir todos os trabalhadores de ambos os sexos para serem revistados à hora do fecho do estabelecimento.

Os patrões da firma Irmãos Comércio, que exerce igualmente a actividade comercial geral a retalho, são igualmente acusados de agressões físicas a trabalhadores moçambicanos.

Contudo, o documento frisa que o encerramento das referidas empresas foi imediato, mas com um carácter temporário, devido a factores sociais dos trabalhadores, “podendo a reabertura acontecer mediante um pedido de desculpas públicas aos assalariados e à população da Zambézia em geral, por parte da entidade patronal”.

Empresas advertidas

As intervenções de Taipo não pararam por aqui: advertiu e instou meia dezena de empresas a corrigirem as irregularidades detectadas, num prazo de trinta dias.

A título ilustrativo, na Nathoobai e Filhos, foram detectados casos de agressão física a trabalhadores, racismo manifesto, bem como ameaça de esfaqueamento a um trabalhador moçambicano por um colega estrangeiro.

A EFRIPEL, Ten Win, Casa de Frutas, chazeiras de Gúruè, SDZ (Sociedade de Desenvolvimento da Zambézia) e a Chazeiras de Moçambique-Grupo Gulamo foram outras das empresas sediadas em Quelimane onde a inspecção do MITRAB diz ter detectado também casos de maus tratos a trabalhadores moçambicanos, discriminação nas refeições; falta de dispensa para participar em cerimónias fúnebres, e manifestações de racismo.

Estas alegadas irregularidades foram detectadas numa visita que Helena Taipo efectuou à província da Zambézia, concretamente a Quelimane, Morrumbala, Mopeia, Nicoadala, Namacurra e Gúruè entre os dias 15 a 18 de Março corrente.

Na visita, Taipo diz ter constatado casos de manifesta má gestão e má-fé por parte de alguns empregadores, havendo casos de empresas que não pagam salários aos trabalhadores há 57 meses.

(Redacção)